

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA**

Gabriela Alano Tertuliano

**Situação de emprego e de trabalho das mulheres em Florianópolis (SC):
divisão etária e a pandemia de Covid-19.**

Florianópolis

2022

Gabriela Alano Tertuliano

**Situação de emprego e de trabalho das mulheres em Florianópolis (SC):
divisão etária e a pandemia de Covid-19.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís de Souza Lapa.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tertuliano, Gabriela

Situação de emprego e de trabalho das mulheres em
Florianópolis (SC): : divisão etária e a pandemia de Covid
19. / Gabriela Tertuliano ; orientador, Thaís de Souza
Lapa, 2022.

56 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, , Graduação em
Ciências Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

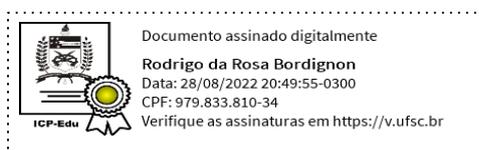
1. Ciências Sociais. 2. Trabalho. 3. Pandemia de Covid
19. 4. Mulheres. I. Lapa, Thaís de Souza. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais.
III. Título.

Gabriela Alano Tertuliano

Situação de emprego e trabalho das mulheres em Florianópolis (SC): divisão etária e a pandemia de Covid-19.

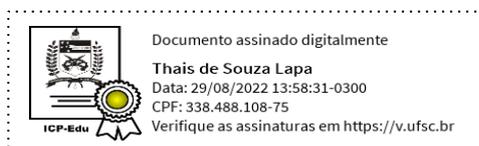
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 01 de agosto de 2022.

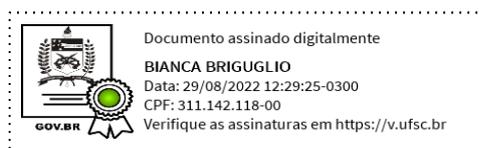


Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenador do Curso

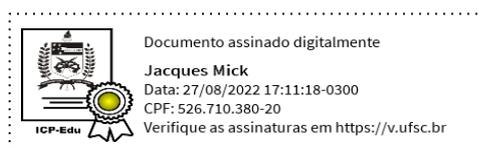
Banca examinadora



Profa. Thaís de Souza Lapa, Dra.
Orientadora



Bianca Briguglio, Dra.
Universidade Estadual de Campinas



Prof. Jacques Mick, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho à minha mãe e sua irmã, tia Mari.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha queridíssima orientadora, Thaís De Souza Lapa, que apesar de não ter conhecido pessoalmente devido à pandemia, esteve presente em todos os momentos e foi quem conseguiu me tranquilizar sempre que parecia ser impossível. Agradeço também ao prof. Jacques Mick, além de possibilitar que minha pesquisa fosse feita com uma ferramenta inovadora e online, foi meu guia durante a qualificação do projeto.

Agradeço imensamente minha amiga Débora Capri, que me ajudou inúmeras vezes na execução desta pesquisa, seja com dicas ou acalentos. Agradeço meu primo e melhor amigo, Jorge Crippa, que está comigo desde os primeiros passos e nunca deixou de acreditar em mim.

Sou extremamente grata pelos aprendizados durante minha graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, grata por todas as professoras/es e colegas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Por último e não menos importante: o meu muito obrigada para todas as mulheres que participaram desta pesquisa e tornaram possível concluir esta etapa tão importante.

E um agradecimento especial: obrigada à minha mãe, Eliane, por sempre ter se dedicado tanto para manter tudo funcionando, mesmo nos tempos mais difíceis.

RESUMO

Esta pesquisa de caráter descritivo e de abordagem quantitativo-qualitativa, tem como objetivo identificar e fazer um comparativo entre as principais dificuldades apresentadas pelas mulheres da região da grande Florianópolis para obterem emprego no período da pandemia de Covid-19, tendo a faixa etária como principal elemento de confrontação, a partir de uma metodologia interseccional, onde sexo, raça e classe são considerados como elementos indissociáveis, que se coproduzem e influenciam diretamente na contratação, ou não, dessas mulheres. Baseia-se em pesquisa realizada em 2021 com base em *survey* aplicado de forma remota entre outubro e dezembro do mesmo ano, entrecruzando dados socioeconômicos com os fluxos dentro do mercado de trabalho durante a crise sanitária. Foi possível observar que as mulheres jovens desta pesquisa transitaram entre emprego e desemprego e ocuparam vínculos precários de trabalho em Florianópolis/SC, sendo o grupo de mulheres negras o mais prejudicado. Tais resultados expressam as influências dos determinantes de gênero, raça/cor e idade no mercado de trabalho catarinense, assim como, destacam que a divisão sexual do trabalho reproduz padrões de subordinação da classe trabalhadora feminina, principalmente quando se trata das mulheres negras, que em sua maioria ocupa trajetórias instáveis e mal remuneradas.

Palavras-chave: Trabalho; Pandemia de Covid-19; Mulheres.

ABSTRACT

This descriptive research with a quantitative-qualitative approach aims to identify and make a comparison between the main difficulties presented by women in the Florianópolis region to obtain employment in the period of the Covid-19 pandemic, having the age group as the main element of confrontation, from an intersectional methodology, where sex, race and class are considered as inseparable elements, which co-produce and directly influence the hiring, or not, of these women. It is based on a research carried out in 2021 based on a survey applied remotely between October and December of the same year, crossing socioeconomic data with the flows within the labor market during the health crisis. It was possible to observe that the young women in this research moved between employment and unemployment and occupied precarious work relationships in Florianópolis/SC, with the group of black women being the most affected. Such results express the influences of the determinants of gender, race/color and age in the Santa Catarina labor market, as well as highlighting that the sexual division of labor reproduces patterns of subordination of the female working class, especially when it comes to black women, who in most of them occupy unstable and poorly paid careers.

Palavras-chave: Work; Pandemic; Women.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Local de residência respondentes	29
Gráfico 2 - Divisão de tarefas durante a pandemia (números absolutos)	31
Gráfico 3 - Estado civil por faixa etária (números absolutos)	32
Gráfico 4 - Escolarização por faixa etária (números absolutos)	33
Gráfico 5 - Dependentes de cuidado por faixa etária (números absolutos)	34
Gráfico 6 - Recebeu apoio financeiro durante a pandemia (números absolutos) ..	36
Gráfico 7 - Procurou por emprego em Florianópolis entre 2020-2021 (números absolutos)	37
Gráfico 8 - Dificuldades apresentadas na procura por emprego em Florianópolis - SC (números absolutos)	38
Gráfico 9 - Variação de renda durante a pandemia (Mulheres)	40
Gráfico 10 - Vínculo de trabalho (números absolutos)	41
Gráfico 11 - Flexibilização do trabalho (números absolutos)	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição racial dos respondentes	30
Tabela 2 - Faixa etária dos respondentes	30

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frame do modo de exibição do questionário aplicado	18
--	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	11
2	OBJETIVOS	16
2.1	OBJETIVO GERAL	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3	METODOLOGIA	17
4	REFERENCIAL TEÓRICO	20
4.1	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	20
4.2	DETERMINANTES DE SEXO, CLASSE, RAÇA E IDADE	22
4.3	EMPREGO E RENDA SOB A PANDEMIA EM FLORIANÓPOLIS (2020- 2021)	25
5	RESULTADOS DO SURVEY	28
5.1	PERFIL SOCIOECONOMICO DOS RESPONDENTES	28
5.2	FLUXOS ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO, INFORMALIDADE E TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
7	APÊNDICE	46
8	BIBLIOGRAFIA	49

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Enquanto graduanda, a dificuldade de manter-me em empregos estáveis foi e permanece sendo algo frequente. Na tentativa de conciliar estudo e trabalho, por exemplo, o tempo de dedicação acabava pendendo sempre para um dos lados: focar no emprego afetava meu desempenho acadêmico e voltar a atenção para os estudos resultava em uma menor produtividade no trabalho, levando-me à demissão.

Para além de minha experiência enquanto integrante da juventude no mercado de trabalho, o desemprego e os vínculos precários também se fazem presentes na vida de familiares; destaco aqui duas mulheres muito próximas a mim: minha mãe e minha tia, ambas na faixa etária dos 45 a 55 anos, passaram boa parte da vida adulta dedicando-se exclusivamente ao trabalho de cuidados/reprodutivos, mas em dado momento acabaram divorciando-se. Depois que seus dependentes de cuidado conquistaram certa independência, fora necessário conseguir uma fonte de renda e por terem renunciado das atividades remuneradas por certo período, acabaram encontrando dificuldades para reingressar no mercado de trabalho. Apesar de terem certa experiência em seu currículo, ainda assim, poucas foram as vezes em que observei conseguirem uma ocupação que oferecia vínculo formal e, se ofereciam, não chegavam a completar um ano de admissão, eram dispensadas antes disto. Na pandemia de Covid-19, este tipo de situação se tornou ainda mais frequente e isto, enquanto pesquisadora, me deixou particularmente intrigada.

As mudanças e consequências sobre o trabalho, provocadas pela pandemia de Covid-19 no ano de 2020, trouxeram uma agudização de problemas já existentes no Brasil, principalmente por conta da postura negacionista do governo federal tanto em relação à ciência, quanto frente às políticas públicas necessárias para a proteção sanitária (MELO; MORANDI, 2021). Tendo a estabilização da economia como suposta prioridade, o desestímulo ao isolamento social deixou evidente a desvalorização da vida (BRIGUGLIO; LEMOS; LAPA, 2021), causando a perda quase 700 mil brasileiros entre março de 2020 a 22 de junho de 2022 (BRASIL, 2022). São os trabalhadores e trabalhadoras que, com pouquíssimo auxílio do Estado, se viram obrigados a se expor a um vírus altamente contagioso e mortal, para continuarem buscando meios de colocar comida dentro de suas casas e atender outras necessidades mínimas.

Com uma população estimada de 516.524 pessoas (IBGE, 2021), Florianópolis, capital de Santa Catarina, teve 187.181 casos confirmados de Coronavírus¹ desde o início da pandemia (SANTA CATARINA, 2022). A ilha catarinense, que tem como maior parte de suas atividades econômicas na área de comércio e serviços, teve particularidades quanto à prevenção contra a Covid-19, contrariando o cenário nacional. Logo depois que os dois primeiros casos da doença do novo coronavírus foram identificados na cidade em 2020, Florianópolis foi uma das primeiras capitais do país a tomar medidas para promover o distanciamento social. Ao decretar o fechamento do comércio não-essencial e a obrigatoriedade do uso de máscaras, a prefeitura decidiu estabelecer uma barreira sanitária no aeroporto, passando, então, a monitorar pacientes que testaram positivo para o vírus. A capital conseguiu permanecer 32 dias sem mortes (Oscar, 2020).

Ao mesmo tempo, no que se refere ao impacto da pandemia sobre o emprego, o número de empregos celetistas (CLTs) estava com o saldo negativo de 2.528 no 1º trimestre de 2020, sendo que, com o início da pandemia, no 2º trimestre de 2020, este número aumentou para 11.594 (SMARTLAB, 2021). Apesar de Santa Catarina ser uma das unidades federativas do Brasil com um produto interno bruto (PIB) acima da média em comparação a outros estados (SANTA CATARINA, 2021), demonstrando um relevante nível de produção de riquezas, isso não significa que não existem problemas socioeconômicos no Estado, um exemplo é a desigualdade salarial das mulheres em relação aos homens, que ocupa o 3º lugar no país.

Com relação ao terceiro semestre de 2020, a PNAD Contínua revelou que o diferencial de renda entre homens e mulheres aumentou em todas as unidades da federação, destacando-se neste caso os estados com os maiores diferenciais: MS (34,6%); RS (29,2%); SC (24,7%); PR (23,1%) e SP (20,9%). (NECAT, 2021).

Para as mulheres, a estagnação econômica - que vem acontecendo desde 2014 - e a crise sanitária potencializaram as desigualdades relativas ao mercado de trabalho e à divisão do trabalho de cuidados dentro da família. O cuidado da casa e da família sempre esteve presente na carga horária semanal das trabalhadoras. Porém, com a pandemia o acúmulo de tarefas se aprofunda quando suas redes de apoio (creches, escolas, apoio da vizinhança, dentre outros) entram em *lockdown*. Esta falta de redes de apoio dificultou o exercício do trabalho das mulheres fora de casa, significando menos horas de trabalho remunerado, gerando,

¹ Estes dados foram coletados no dia 25/07/2022.

proporcionalmente, uma renda menor para sua família e seus dependentes (MELO; MORANDI, 2021).

Considerando que o acúmulo de tarefas de cuidado, enquanto expectativa social, é entendido como um dever a cumprir ‘natural’ da mulher, assim como tendo em conta que estas vivenciaram esta ausência tanto de políticas públicas quanto de redes de apoio, inúmeras trabalhadoras se viram na situação de ter de deixar seus empregos. A partir do isolamento social há uma intensificação da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009), deixando evidente que o trabalho reprodutivo² é indispensável para a manutenção da vida no interior da família, mas que continua a ser desempenhado fundamentalmente por um dos sexos, prejudicando, principalmente, sua emancipação.

Para além da condição de sexo, que desiguala oportunidades de acesso e de permanência ao trabalho remunerado em razão da sobrecarga feminina de trabalho reprodutivo, esta pesquisa irá considerar, de forma entrecruzada, a condição de raça, classe e faixa etária de quem trabalha. Conforme argumentam Guimarães e De Britto (2008), ser jovem ou ter mais de 50 anos conforma tendências de enfrentar tipos de percursos ocupacionais específicos, relacionados a precariedade laboral ou persistência no desemprego por exemplo; trajetórias estas atravessadas por discriminações de sexo e raça.

Em um sentido mais crítico, encontra-se a proposição de Gonzalez (1979) que examina a divisão racial e sexual do trabalho como problemas decorrentes do racismo e do sexismo estruturais. Segundo esta autora, a trajetória da mulher negra no Brasil, através dos processos de dominação e subjugação do período escravocrata, é excluída da participação nos processos de desenvolvimento, ocasionando o exílio à condição de massa marginal, dessa forma, acaba ocupando trajetórias despadronizadas de emprego e em percursos mais vulneráveis (GONZALEZ, 1979). A exemplo disso, em 2020 as mulheres representavam mais de 92% das pessoas ocupadas em trabalho doméstico (formal ou informal), das quais mais de 65% eram mulheres negras (DIEESE, 2021). É importante ressaltar que esse tipo de atividade foi afetada de maneira avassaladora entre 2020 e 2021, principalmente pela exposição ao contágio do novo Coronavírus e pela dispensa de serviço por conta do relativo empobrecimento das camadas médias da sociedade. Assim, a precariedade nas posições de trabalho ocupados pelas mulheres negras demonstra ser proveniente de um processo socialmente elaborado:

[...] o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. [...] o racismo (bem

² De acordo com Hirata e Kergoat (2020), o ‘trabalho reprodutivo’ ou ‘trabalho doméstico’ recobre tanto o trabalho parental quanto o de saúde (o cuidado de idosos, por exemplo).

como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos. (GONZALEZ, 1979, p. 56)

Assim como o racismo, o conflito entre gerações também é uma ferramenta social importante de qualquer sociedade repressora (LORDE, 2019). O(a) trabalhador(a) jovem ou de mais idade encontram-se em um sistema econômico que hierarquiza os diversos tipos de trabalhadores, classificando-os em três blocos em termos de faixa etária: aqueles que são jovens e estão no início da vida laboral, portanto, inexperientes mas ‘capazes’ de submeterem-se a jornadas elevadas e de ritmo intenso; aqueles que estão em uma faixa etária intermediária e que possuem certa bagagem de habilidades e experiências, ao mesmo tempo que apresentam ‘ânimo’ para o trabalho; e por último mas não menos importante, os trabalhadores de mais idade que, através da mercantilização dos trabalhadores, são classificados como descartáveis.

A luta pela permanência no mercado de trabalho pelos mais velhos não está presente em todas as classes sociais e a incapacidade de garantir uma velhice digna acontece em virtude da vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores (TEIXEIRA, 2008). Vulnerabilidade esta, que está presente não só na velhice, mas também na juventude.

As condições de trabalho dos jovens implicam considerar o tempo de dedicação aos estudos, o trabalho do cuidado não remunerado (principalmente para aqueles que têm filhos), a mobilidade urbana e a emergência de pensar nas jornadas de trabalho que conciliam estudo-trabalho (ABRAMO, 2017).

Portanto, esses determinantes - de sexo, raça e idade - alteram, desde sempre, as chances de trabalhadores e trabalhadoras na procura de trabalho ou na permanência de um emprego. Levando em conta estes determinantes conjuntamente com os agravantes originados da pandemia, as consequências trazidas pela pandemia às situações de trabalho já produzidas sob tais determinantes, no caso das mulheres, parecem ter recebido pouca atenção tanto da parte de iniciativas de políticas públicas pelo governo federal, como pelos próprios estudos do campo das Ciências Sociais.

Considerando que a crise sanitária iniciou no começo de 2020 no Brasil, foi necessário realizar a busca de artigos que tratassem das consequências do *lockdown* com a ótica que entrecruza gênero-raça-idade, determinantes que podem causar formas particulares de desigualdades na busca por emprego no mercado de trabalho.

Com base em levantamento feito na plataforma de teses e dissertações da CAPES, foi possível identificar um número pequeno de resultados publicados quando se trata de pesquisas relacionadas ao trabalhador de mais idade, sendo as mais recentes de 2012. De 2035 resultados

filtrados pela área de 'Ciências Sociais Aplicadas', ao buscar as palavras-chave "trabalhador" e "idoso", 37 eram da área de Serviço Social, e apenas 3 teses/dissertações relacionada à Sociologia foram encontradas, porém, as pesquisas eram voltadas para a área da comunicação, deixando o tema 'trabalho' menos explícito

Na plataforma SciELO, ao buscar as palavras-chave "emprego" e "pandemia" dentro deste período de 2020 e 2021, dos 23 resultados, 8 eram da área de 'Ciências Sociais Aplicadas', sendo apenas 2 artigos relacionados ao mercado de trabalho e suas oscilações durante a crise sanitária. Ao incluir o termo "mulher pandemia" nas buscas, 3 resultados são exibidos sendo que apenas 1 envolve a questão do trabalho. Esta baixa presença de estudos sobre a temática na área da sociologia pareceu tornar mais relevante um estudo focado na situação laboral de mulheres em Florianópolis neste período.

Assim, dividida em 4 capítulos, além desta introdução, a pesquisa tem como objetivo dar visibilidade a tais dificuldades à luz destes determinantes não somente de sexo, mas de raça e idade, ancorada na análise de mulheres de características diversas, que trabalharam ou tenham buscado emprego na cidade de Florianópolis entre 2020 e 2021. Para isso, conta com a exposição das consequências que sofrem frente à crescente informalidade e desestruturação de direitos do trabalho³. Nas seções seguintes encontram-se o detalhamento dos objetivos de pesquisa, metodologia empregada, seu referencial teórico, exposição e análise dos resultados obtidos, considerações finais e anexos.

³ Entre as medidas que expressam esta desestruturação, mencionamos a reforma trabalhista de 2017 (P. 15) e a Medida Provisória 1045 (BRASIL, 2021), que pretendia precarizar ainda mais os contratos de trabalho (CLTs) ao incluir, através de acordos sem garantias de direitos ou proteção social, trabalhadores jovens e também, aqueles com mais de 55 anos desempregados a mais de 12 meses. Tais exemplos expressam ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, e a necessidade central de análise em grupos sociais de trabalhadores que são, historicamente, precarizados.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as implicações da divisão etária do trabalho nas situações laborais das mulheres, dentro da crise sanitária de Covid-19 em Florianópolis, Santa Catarina.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contextualizar o trabalho feminino catarinense (em Florianópolis) à luz de reflexões sobre desigualdades estruturais históricas que afetam trabalhadoras brasileiras.

Evidenciar o entrecruzamento entre divisão sexual e etária do trabalho em Florianópolis.

Identificar as situações de trabalho e trajetórias de acesso ao emprego das mulheres em Florianópolis no período de 2020 a 2021

Descrever as circunstâncias do trabalho destas mulheres levando em consideração diferentes faixas etárias (jovens de 15 a 29 anos, e trabalhadoras com mais de 50 anos)

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa de caráter descritiva e de abordagem quantitativo-qualitativa, tem como objetivo identificar e fazer um comparativo entre as principais dificuldades apresentadas pelas mulheres da região da grande Florianópolis para obterem emprego no período da pandemia de Covid-19, tendo a faixa etária como principal elemento de confrontação, a partir de uma metodologia interseccional, onde sexo, raça e classe são inseparáveis e influenciam diretamente na contratação, ou não, dessas mulheres.

A partir de Saffioti (2013) e Gonzalez (1979), inicia-se uma contextualização histórica sobre a socialização das mulheres desde a escravatura, para então, apoiando-se nos estudos de Hirata e Kergoat (2014), deixar evidente a teoria da divisão sexual do trabalho, assim como, aplicar o conceito de interseccionalidade⁴ ao abordar as diferenças entre mulheres brancas e mulheres negras nas tentativas de ingressar no mercado de trabalho, tendo a faixa etária como principal recorte qualitativo. Para aproximar-se da contemporaneidade, analisam-se as situações gerais de emprego e de trabalho das mulheres no Brasil, onde o recorte temporal se dá nos anos de 2020 e 2021 - pandemia de Covid-19, no qual verifica-se desemprego em alta, aumento da informalidade empregatícia, auxílio emergencial etc. -.

Para tal investigação, dados obtidos a partir de relatórios secundários - interpretados a partir de micro dados - DIEESE, SmartLab e IPEA, por exemplo, são esclarecidos através de teóricos das mais diversas áreas de atuação, sobretudo os autores/as Abramo (2017), De Melo e Morandi (2021), Fanon (2008), Guimarães (2002), Hirata (2014) e Kergoat (2009), abordando a divisão etária do trabalho, relacionando-as. Através de um recorte ainda mais denso, debruça-se sobre as possíveis transições entre emprego e desemprego de mulheres que trabalham/ estão à procura de emprego em Florianópolis, sejam elas residentes da ilha catarinense ou de seus arredores.

A pesquisa foi feita via internet utilizando uma das ferramentas disponíveis no *website* SurveyMonkey Audience (2022), o qual “repassa” as perguntas do questionário (Apêndice 1) ao entrevistado ou entrevistada, em formato de ‘conversa’. A seguir descrevo os procedimentos adotados para a aplicação dos questionários. Na figura 01,

⁴ O uso do termo interseccionalidade vai no sentido explicitado por Hirata (2014), onde não se pode considerar as relações interconectadas de sexo, classe, raça, idade e outras como fixas, mas sim, dinâmicas e flexíveis. A autora nomeia esse conceito em seus textos de “interseccionalidade de geometria variável”.

encontra-se a primeira pergunta do *survey* onde fica explícito que os dados fornecidos serão utilizados estritamente para fins de pesquisa, assim como, o tema da pesquisa, meu contato para eventuais dúvidas ou questionamentos, o prazo final de realização da pesquisa e o tempo estimado para o preenchimento das perguntas.

Figura 1 - Frame do modo de exibição do questionário aplicado

Situação de emprego e de trabalho das mulheres em Florianópolis (SC): divisão etária e a pandemia de Covid-19

DESENVOLVIDO PELA
SurveyMonkey
Veja como é fácil criar um questionário

Política de Privacidade e Aviso de cookies

pesquisa tem como objetivo analisar se há mudanças no acesso ao emprego e nas trajetórias de trabalho de pessoas que trabalham na ilha de Florianópolis durante a pandemia do Covid-19. Os dados que informar serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa.

Em caso de dúvidas sobre o estudo, entre em contato por meio do e-mail tertu.gabi@gmail.com ou pelo WhatsApp (48) 99919-8004. As respostas serão recebidas até o dia 30 de dezembro de 2021.

O tempo para o preenchimento é de aproximadamente 5 minutos.

Vamos lá?

Responder pesquisa

Qual é o seu sexo?

Masculino

Feminino

Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Em relação aos objetivos desta pesquisa, devido ao isolamento social, algumas limitações se apresentaram para a realização da coleta de dados: a escolha do *survey* enquanto ferramenta de coleta de dados teve como intuito prevenir qualquer interação com o vírus da Covid-19, principalmente por se tratar de uma investigação que envolvia pessoas com mais de 50 anos, público este denominado como grupo de risco durante a pandemia, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Procurou-se através da ferramenta – que permite a geração do questionário com uma aparência semelhante a uma conversa do aplicativo *Whatsapp*, - presente em mais de 100 milhões de celulares no Brasil, de acordo com a *Insider Intelligence* (CARNAHAN, 2020) - maximizar a captação de participantes de idades variadas, principalmente aqueles que fazem o uso limitado de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O link com o questionário/bate-papo pôde ser acessado via

smartphone, tablets ou computador, e esteve disponível do dia 25 de outubro de 2021 ao dia 20 de janeiro de 2022.

A divulgação foi feita pela própria pesquisadora através de redes sociais, QR Code e contou com o apoio de instituições públicas de busca de emprego, como o Sistema Nacional de Empregos (SINE) de Florianópolis, o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOF) e o Floripa Mais Empregos. Estes órgãos públicos tem como intuito realizar as principais etapas da execução da intermediação entre empregador e trabalhador, ou seja, fazem o cruzamento de perfil dos trabalhadores cadastrados com o perfil das vagas captadas. O IGEOF, por exemplo, promove cursos gratuitos, capacitação, vagas para estágios, estimula feiras artesanais e viabiliza trabalho para pessoas em situação de rua (FLORIANÓPOLIS, 2018). Já o Floripa Mais Empregos, que pertence ao IGEOF, é uma plataforma online gratuita que realiza esta intermediação entre empregadores - possibilitando a divulgação de cargos disponíveis - e trabalhadores, que ao realizar o cadastro de seu currículo no website, tem a chance de encontrar e candidatar-se às vagas que correspondem ao seu perfil profissional.

Estas instituições, utilizando suas respectivas contas na rede social Instagram, criaram um *post* em dedicação à pesquisa, assim como, divulgaram o link do questionário diariamente em seus *storys*, além de divulgarem também em seus *websites* oficiais. Além disso, também foi feita uma lista de transmissão no aplicativo de mensagens *Whatsapp* com o intuito de repassar o link do questionário para acionar a rede pessoal de contatos da pesquisadora (servidores da universidade, colegas de curso, amigos, etc.), solicitando também a retransmissão da mensagem com o link do questionário para pessoas que viriam a se identificar com o tema da pesquisa.

Desta forma, combinando o recurso à rede pessoal com a difusão do questionário via instituições de busca por emprego em Florianópolis, procurou-se captar respostas de um público variado e diverso. Contudo, como será demonstrado, por se tratar de uma pesquisa feita inteiramente via internet, é possível que este seja o motivo pelo qual a maioria dos respondentes se encontrava na faixa dos 19 aos 34 anos. Em 2019, o número de pessoas dentro desta faixa etária que utilizavam a internet chegou a mais de 90%, enquanto pessoas de 50 anos ou mais este número se reduz para 74.2%, sendo que a principal finalidade do uso é a troca de mensagens (PNAD-Continua, 2019).

Assim, registra-se que a predominância de certos grupos entre respondentes não representa proporcionalmente (nem havia esta pretensão) as características demográficas da população de Florianópolis.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão abordadas as teorias que embasaram as análises feitas a partir dos dados coletados no *survey*.

4.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A análise que dá centralidade à posição das mulheres no trabalho mercantil, segundo Hirata e Kergoat (2020), revela que as trabalhadoras se concentram principalmente nos serviços de cuidado ou de limpeza, profissões estas que exigem uma boa formação segundo o trabalho reprodutivo⁵, ‘qualidades’ estas que são atribuídas ‘naturalmente’ ao sexo feminino. A divisão sexual do trabalho, que tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (KERGOAT, P. 67, 2009), é um elemento central para compreender a permanência das desigualdades de gênero, onde as desvantagens das mulheres estão intrinsecamente conectadas não só pelo gênero, mas classe e raça. Estas diferenças entre ‘trabalho de homem’ e ‘trabalho de mulher’ são provenientes de construções sociais; uma relação social com interesses antagônicos, baseados em relações hierárquicas de poder e dominação de um sexo pelo outro. Sendo o gênero uma categorização do sexo, a autora Devreux (2005) revela que esta ‘classificação’ é um divisor social e indica que o sexo é o fator primário para a estruturação destas relações.

Sendo as relações sociais o fator predominante das pré-configurações de qualquer sociedade (KERGOAT, 2009), é possível analisar, historicamente através do período colonial, da abolição e industrialização do Brasil, mudanças no patriarcado, na modernidade e que essa exploração tem sido reproduzida no âmbito institucional. Estas relações sociais contam e qualificam o trabalho de homens e mulheres de formas distintas. Isso é particularmente relevante quando focamos na posição das mulheres negras em contradição com a das mulheres brancas, por exemplo.

⁵ De acordo com Hirata e Kergoat (2020), o ‘trabalho reprodutivo’ ou ‘trabalho doméstico’ recobre tanto o trabalho parental quanto o de saúde (o cuidado de idosos, por exemplo).

Elas, as mulheres negras, são maioria entre as pessoas que exercem trabalho precarizado⁶. E são também aquelas que chefiam os lares com menor renda no Brasil, além de serem sobrerrepresentadas em atividades de baixo prestígio (GUIMARÃES, 2008). Não se trata, aqui, exatamente de refletir a posição das mulheres na vida doméstica, mas entender como se articulam posições na vida doméstica e na vida pública, em concomitância com o sistema da precarização do trabalho, da desvalorização e da opressão.

É importante ressaltar que ao recorrer-se a uma análise sociológica, não houve espaço para uma ideologia naturalista nesta investigação, ou seja, a teoria de que a partir do gênero, designado pelo sexo biológico, criam destino a práticas sociais ou papéis sociais. As diferenças entre o trabalho da mulher e do homem são construções de gênero socialmente estruturadas, não provenientes de uma causalidade biológica. O movimento feminista tornou evidente que uma enorme massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, o conhecido trabalho doméstico; um trabalho invisível que não era feito para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal (KERGOAT, P. 68, 2009). Este tema tem sido tratado muitas vezes como “dupla jornada” ou uma conciliação de tarefas, como se fosse apenas um adendo ao trabalho assalariado das mulheres, mas não o é, sendo assim, parte-se do argumento destas autoras de que o trabalho doméstico deve ser analisado de forma indissociável ao trabalho profissional.

Nesta pesquisa, além de pensar no critério de sexo na produção das situações de trabalho, recorreremos a outros determinantes, buscando uma análise que os entrecruze:

“[...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades”. (KERGOAT, P. 72, 2009).

⁶ O conceito de precariedade refere-se ao distanciamento em relação aos direitos trabalhistas: quanto menos estável e com menor acesso a direitos, mais ele é precário (LEITE; SILVA; GUIMARÃES, 2017).

4.2 DETERMINANTES DE SEXO, CLASSE, RAÇA E IDADE

Segundo o estudo realizado por Guimarães (2008), os percursos traçados pelos desempregados são movidos primeiramente pela condição do sexo, que age como um demarcador que organiza as chances dos indivíduos. De acordo com a sua pesquisa, entre as mulheres desempregadas na cidade de São Paulo, a alternativa mais provável é o trabalho “doméstico” - o trabalho do cuidado⁷ - em contracorrente ao desemprego. Em seguida, são as distinções por grupos de cor, que operam mais evidentemente entre as mulheres e determinam quais serão as trajetórias de emprego, onde as oportunidades com vínculo são mais prováveis para mulheres brancas, enquanto trajetórias despadronizadas são mais frequentes para mulheres negras. Notam-se evidências quanto à segregação racial nos percursos das mulheres na tentativa de conseguir um trabalho assalariado, sendo as mulheres negras com mais possibilidades de percursos vulneráveis. A pesquisa realizada em São Paulo por Schucman (2014) revela que as desigualdades raciais econômicas entre brancos e não-brancos está relacionada primeiramente à escravidão e à colonização, que deu origem à crença de que exista uma superioridade moral e intelectual dos brancos, dando forma ao pressuposto de que qualquer outro modo de vida ou padrão estético que destoe destes padrões são dados como inferiores. Crença esta que opõe branquitude e negritude, onde brancos são vistos como os únicos ‘dignos’ de exercer ocupações de alto valor moral, criando-se uma narrativa que desqualifica o negro e o exclui do que se entende por um padrão de “trabalhador ideal” (MOURA, 2019, p. 98 apud LAPA e GRIGOLI, 2020, p. 4).

A mulher negra na sociedade escravocrata-senhorial, figura extremamente ativa nos quilombos, buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançada, deu origem à mãe-preta, aquela que efetivamente cuidou e educou os filhos de seus senhores, e para além disso, depois do trabalho na casa-grande, cuidava dos próprios filhos e dava assistência aos companheiros que chegavam das plantações e engenhos (GONZALEZ, 1979), enquanto a mulher branca, tinha como “tradição” ser socializada

⁷ “O trabalho do cuidado é a centralidade do trabalho das mulheres. Elas têm um papel central porque a sociedade atribui o trabalho doméstico e de cuidado a um dos sexos, cristalizando, dessa forma, a divisão sexual do trabalho tanto profissional quanto doméstico, entre homens e mulheres” (KERGOAT, 2020).

para ser dona de casa, esposa e mãe de família “legítima”. A coisificação⁸ da mulher negra, satisfaz os desejos do homem branco antes do casamento, ou seja, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual (SAFFIOTI, 1969). Em síntese, é possível observar nesta distinção de socialização, que o constrangimento físico, moral e a privação do direito à propriedade (de si e de tudo) marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira, principalmente as mulheres negras, que sofrem um processo de tríplice discriminação (raça, classe e gênero).

Para além da condição de sexo e de raça, também é importante ressaltar a questão etária dentro da busca por emprego:

“[...] a condição de sexo aparece como um demarcador que organiza as chances dos indivíduos nos distintos tipos de percurso no mercado de trabalho; a idade é fator importante na determinação da trajetória no mercado de trabalho, já que nelas existem tipos de trajetórias fortemente associados seja aos jovens, seja aos mais idosos” (GUIMARÃES, 2008, pp. 81-82).

As trajetórias e transições vivenciadas por mulheres jovens e mulheres com mais idade em relação ao mercado de trabalho são extremamente divergentes. A própria condição juvenil tem implicadas questões como o tempo de dedicação aos estudos, o trabalho do cuidado não remunerado, a mobilidade urbana e a emergência de pensar nas jornadas de trabalho que conciliam estudo-trabalho (ABRAMO, 2017).

[...] os jovens têm chances de estar vinculados tanto a trajetórias de emprego com vínculo formal, quanto a trajetórias precárias ou desvalorizadas [...]. Quanto aos mais velhos, [...] ter mais de 50 anos implica mais chances de estar retido em trajetórias de desemprego do que fazer qualquer outro tipo de percurso. [...] a segmentação dos percursos dos desempregados parece ser movida antes por diferenças entre grupos de sexo e, em seguida, por distinções entre grupos de cor. A discriminação racial operaria de maneira especialmente mais evidente entre as mulheres. (GUIMARÃES; DE BRITTO, 2008, p. 82-83)

Para além do estudo-trabalho, também há de se levar em consideração a gravidez na adolescência, fator que aumenta ainda mais a vulnerabilidade das trajetórias da mulher pela necessidade tripla de conciliar trabalho, estudo e a família, e por se tratar de uma carga alta de tarefas, a gravidez precoce pode contribuir para a evasão escolar, o que acaba

⁸ Conceito elaborado por Fanon (2008), a coisificação dos negros se dá através do colonialismo epistemológico, ou seja, os elementos fornecidos pelo outro, pelo branco, teceram os corpos não-brancos com detalhes, anedotas e relatos irrealistas, onde, ser humano, era visto como branco, os racionais como brancos, irracionais/emocionais os não-brancos. A desestruturação e invisibilização de sua identidade, fez reinar uma atmosfera de incertezas e objetificação.

limitando, de certa forma, o acesso a outras profissões. A exemplo disto, podemos observar nos estudos de Bruschini e Lombardi (2000) que em 1991, 79,3% das trabalhadoras domésticas - residentes nos domicílios das famílias para as quais trabalhavam - tinham até 29 anos, sendo que 43% delas tinham até 19 anos, o que acaba evidenciando a grande concentração de jovens em trabalhos precários.

Porém, o aumento da escolaridade feminina e políticas públicas voltadas para a educação no Brasil a partir dos anos 2000 provocou mudanças no mercado de trabalho; houve um favorecimento e deslocamento das mais jovens e mais qualificadas para outras ocupações (Bruschini e Lombardi, 2000), ou seja, para além do trabalho do cuidado que é predominantemente feminino, atualmente representando 92,7% dos trabalhadores desse setor (DIEESE, 2021), houve o ingresso em profissões mais variadas e não restritas ao campo doméstico e de cuidados.

Já quando tratamos da velhice, a questão da divisão etária do trabalho pode ser compreendida historicamente, através de um duplo processo, a globalização e a reestruturação produtiva do capital a partir de 1970 na Europa: o abandono do fordismo no pós-guerra impacta o crescimento econômico das principais economias mundiais e traz o fim do pleno emprego, abrindo caminho para o fortalecimento de políticas neoliberais e a diminuição da intervenção estatal, dando início ao processo de precarização do trabalho. O aumento do desemprego e informalidade, tem como contrapartida, a requisição crescente de trabalho por tempo determinado, parcial ou terceirizado (LEITE, 2011), este tipo de trabalho reconfigurado enaltece os jovens e cria estigmas quanto ao trabalhador de mais idade, tratando - o como uma 'mercadoria descartável' (GOLDMAN, 2000).

Essa tendência em dificultar a entrada de trabalhadores mais velhos no mercado pode ser observada a partir de Lorde (2019): com base nela a questão etária é tratada como desviante e não como uma diferença. Segundo seu argumento, mulheres mais velhas não tem acesso a empregos dignos e estáveis, porque são desviantes⁹ pelo sexo, pela cor, pela classe, pela idade (não necessariamente nessa ordem ou escala) e tantos outros fatores que podem ser incorporados.

A produção de mercadorias e seu consumo frenético têm exigido no decorrer da história, um ritmo cada vez mais veloz para tecnologias, técnicas e informações; a

⁹ Lorde (2019) não fala de diferenças humanas, mas de humanos desviantes, ou seja, aqueles que estão à margem da norma mítica – branca, heterossexual, magra.

mercantilização do tempo trouxe consigo consequências negativas para os trabalhadores e trabalhadoras que desviam desta tendência, tornando-os obsoletos e sem valor de uso (ROSSO, 2017).

4.3 EMPREGO E RENDA SOB A PANDEMIA EM FLORIANÓPOLIS (2020-2021)

Esta seção visa localizar o objeto de análise territorialmente e também quanto às normativas e políticas públicas governamentais que afetaram trabalhadores e trabalhadoras no período de tempo analisado.

De acordo com Leite (2011), no contexto brasileiro a partir dos anos 2000, ocorre a reversão de algumas tendências desestruturantes do mercado de trabalho - decréscimo das taxas de desemprego, aumento de emprego registrado e recuperação do poder de compra dos salários - ao mesmo tempo em que convive com tendências de precarização. O Brasil, pela primeira vez em sua história, desenvolvia políticas ativas de inclusão social, econômicas e laborais dos trabalhadores, em um modelo de desenvolvimento com diminuição das desigualdades e apoio ao trabalho formal.

Mas, a partir de 2014, o PIB desacelera seu crescimento, tendo sua queda nos anos seguintes devido à falta de investimentos e ao menor número de exportações, conseqüentemente, as famílias brasileiras também passam a consumir menos. É em 2017 que, na tentativa de retomada da atividade econômica, ocorre com a reforma trabalhista a redução da proteção institucional dos trabalhadores com as mudanças nas leis de trabalho, que de acordo com Leone, Teixeira e Baltar (2021) trouxeram investimentos não concretizados e taxas de desemprego e informalidade em alta.

A reforma trabalhista, além de não representar um estímulo a geração de empregos, contribuiu para ampliar a precarização do trabalho pela substituição de vínculos formais por trabalho por conta própria e emprego sem registro, uma vez que ao flexibilizar as normas, em vez de facilitar a criação de empregos formalizados, incentivou a fraude trabalhista (LEONE et al., 2021, p. 112).

Em 2020, a pandemia de Covid-19 se une à crise socioeconômica, fragilizando ainda mais o desemprego. Somado ao declínio cada vez maior do poder de compra dos

brasileiros, a fome e o desespero dos populares trouxeram revolta contra o governo federal, que por negligência, postergou a urgência de políticas públicas que evitassem a ampla disseminação do Coronavírus e suas consequências. Através da pressão popular, cria-se o auxílio emergencial (BRASIL, 2021), que contava com a liberação de R\$ 600,00 para pessoas que ficaram sem rendimentos em razão do isolamento social. Mães chefes de família (sem marido ou companheiro)¹⁰ tinham direito a duas cotas do auxílio, ou seja, R\$ 1,2 mil.

[...] sem esse auxílio emergencial de R\$ 600,00, a taxa de pobreza teria alcançado 30% da população brasileira, afetando, pelos dados anteriores, especialmente mulheres, negros e trabalhadores do cuidado. Isso tem aberto o debate sobre as políticas e ações que devem proteger os cidadãos não apenas durante, mas na saída da pandemia, apontando para metas de inclusão no longo prazo (GUIMARÃES; HIRATA, 2020, p. 269).

Já em 2021, após 4 meses sem auxílio emergencial, o governo federal estabelece um teto de gastos de R\$ 44 bilhões para o benefício, instituindo novas regras para os beneficiários. Apenas uma pessoa por família poderia solicitar o auxílio, sendo as mulheres chefe de família monoparental com direito a R\$ 375,00, R\$ 825,00 a menos que em 2020 (MARINS et al., 2021). Indivíduos que moram sozinhos acabam recebendo R\$ 150,00. Melo e Morandi (2020) alertaram que, em 2020 aproximadamente 3,5 milhões de domicílios brasileiros sobreviveram apenas com o auxílio emergencial, aumentando em 95% a renda habitual, com impacto direto principalmente na vida de famílias com uma renda menor.

Com a diminuição do valor do benefício, é nítido que condições que já eram graves antes, como a diminuição da qualidade de alimentação da população vulnerável, foram agravadas de forma preocupante. Partes de alimentos que geralmente são descartados, como ossos de bovinos ou fragmentos de arroz, hoje estão sendo vendidos em açougues e supermercados, por exemplo. Segundo estudo de Marins et. al (2021, P. 686) com base em “dados da transparência do Ministério da Cidadania, o benefício da primeira parcela foi pago a 39,2 milhões pessoas, sendo 18,3 milhões unipessoais (R\$ 150), 12,3 milhões famílias (R\$ 250) e 8,6 milhões mulheres monoparentais (R\$ 375)”.

Em Florianópolis, criou-se o Auxílio Municipal Emergencial (AME), concedido pela prefeitura para pessoas que foram afetadas pela pandemia e não recebem nenhum

¹⁰ Esta definição de ‘mãe chefe de família’ denominada como sem cônjuge é uma descrição de autoria do governo federal e pode ser encontrada no website oficial do auxílio emergencial federal.

tipo de apoio do Governo Federal, como Bolsa Família ou Auxílio Emergencial Federal. Os requisitos para conseguir o benefício eram: (i) ser residente da ilha; (ii) ter renda per capita de no máximo R\$ 178,00; (iii) estar inscrito no CadÚnico; (iv) não receber nenhum outro benefício proporcionado pelos entes federativos. Atribuído em 28 de maio de 2021, recebeu-se o valor de R\$ 1.500, dividido em cinco parcelas de R\$ 300, e foi limitado a apenas um membro da mesma família, sendo que, a mulher provedora de família monoparental tinha o direito de receber cinco parcelas de R\$ 375, portanto, R\$ 1.875 no total (FLORIANÓPOLIS, 2022).

Em síntese, é preciso compreender que a pandemia não só evidenciou, mas também agravou questões sociais, econômicas e políticas. Florianópolis foi uma das primeiras capitais do país a tomar medidas para promover o distanciamento social no contexto da pandemia, logo depois que os dois primeiros casos da doença do novo coronavírus foram identificados na cidade. Segundo Medeiros e Anjos (2020) a capital não foi o principal epicentro da contaminação no estado de Santa Catarina, mesmo sendo um ponto turístico muito famoso no Brasil, chegou a completar 32 dias sem registrar nenhum óbito entre os meses de maio e junho de 2020 (Medeiros e Anjos apud Oscar, 2020). Em 2019, 65,8% da população florianopolitana era economicamente ativa (IBGE, 2019), sendo que a taxa de desocupação no estado de Santa Catarina recuou de 6,2% para 5,8% no 2º trimestre de 2021. A média nacional de desocupação ficou em 14,1% em janeiro de 2021.

Com o *survey*, foi possível analisar os dados obtidos através do referencial teórico, revelando as condições de acesso ao emprego e das situações de trabalho das mulheres durante a pandemia de Covid-19, observando as particularidades por parte das ações de enfrentamento à pandemia, tanto do governo federal quanto do municipal, e influenciaram nas oportunidades e limites no acesso ao emprego para as mulheres, de diferentes faixas etárias, na cidade de Florianópolis/SC.

5 RESULTADOS DO *SURVEY* E DISCUSSÃO

5.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DOS RESPONDENTES

Em conformidade com os objetivos da pesquisa, de identificar as situações de trabalho e trajetórias de acesso ao emprego das mulheres em Florianópolis no período de 2020 a 2021, bem como, de descrever as circunstâncias do trabalho destas mulheres levando em consideração suas diferentes faixas etárias e suas desigualdades estruturais históricas, as perguntas do *survey* foram direcionadas para determinar: (a) o perfil socioeconômico dos respondentes; (b) se e em que medida realizava o trabalho de cuidados; (c) se houve e quais foram eventuais fluxos entre emprego, desemprego, informalidade e trabalho por conta própria; (d) se houve precarização do trabalho frente à pandemia de Covid-19.

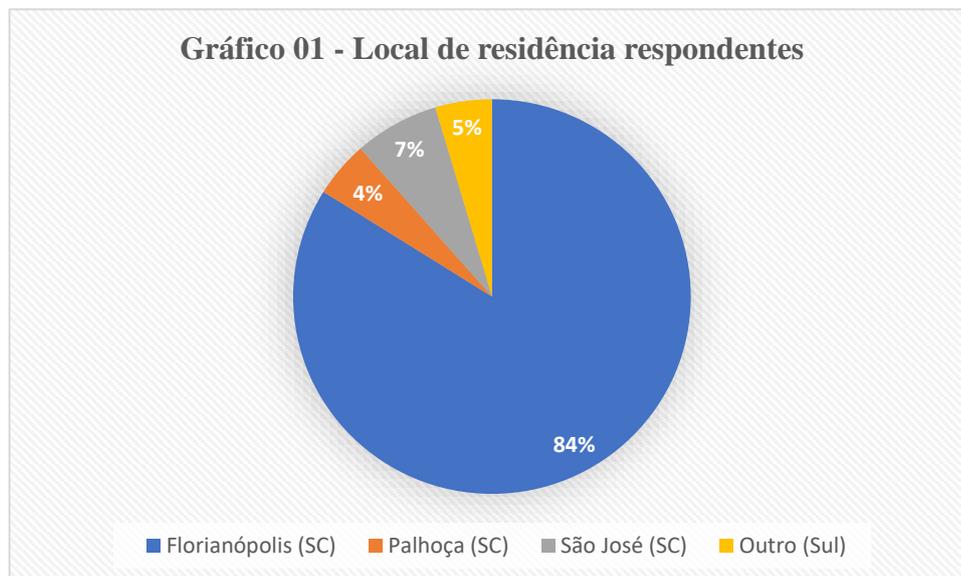
Foram obtidas ao todo 87 respostas viáveis¹¹. É importante salientar que não houve pretensão de alcance de uma amostra representativa da população da região, mas sim, a realização de um estudo exploratório sem o objetivo de generalização de resultados.

Portanto, 84% dos respondentes da pesquisa são residentes de Florianópolis (SC), 4% moram em Palhoça (SC), 7% em São José (SC) e 5% são de outras localidades do sul do Brasil¹² (Gráfico 01).

¹¹ Por conta de dados incompletos, as respostas de 17 participantes foram descartadas da pesquisa.

¹² Embora alguns participantes tenham declarado que moram fora da região da grande Florianópolis, ainda assim, afirmaram ter buscado emprego na ilha entre 2020 e 2021.

Gráfico 1 - Local de residência respondentes



Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

As mulheres concentraram um total de 77 participantes, enquanto o sexo masculino contribuiu com a participação de 10 respondentes. Das 77 mulheres, a maior parte das respondentes é branca (59), 6 são pretas, 9 são pardas, 2 amarelas e 1 indígena (Tabela 01). As idades variam de 19 a 56 anos, concentrando-se mais na juventude do que na maior idade (Tabela 02).

A população preta e parda, por exemplo, de acordo com o Censo 2010 do IBGE¹³, tinha a menor proporção no contingente populacional de Santa Catarina (4.17% eram pretos; pardos somavam 9.48%), com isso, é possível observar que apesar de sua presença, os não brancos se concentram em menor número nesta pesquisa, porém, não deve ser lido como um número representativo ou proporcional à população de Florianópolis. É importante ressaltar que a capital de Santa Catarina tem em seu meio social ideais marcadamente racializados, sendo as características físicas um determinante que pode proporcionar o reconhecimento dos indivíduos como pertencentes ou não da ilha. Fruto da colonização açoriana, a cidade de Florianópolis carrega consigo uma herança que exalta a cultura euro-branca, onde cabelo, cor da pele e olhos, formato dos lábios e nariz são considerados atributos primordiais, e que invisibilizam a existência e o protagonismo das pessoas não brancas (MAIA, 2019).

¹³ Este é o último dado disponível visto que não houve um novo censo até o ano de 2022.

Tabela 1 - Distribuição racial dos respondentes

Mulheres	Raça	Homens
2	Amarelo(a)	0
59	Branco(a)	8
1	Indígena	0
9	Pardo(a)	2
6	Preto(a)	0
77	Total	10

Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Tabela 2 - Faixa etária dos respondentes

Mulheres	Faixa Etária	Homens
33	19 - 24	4
25	25 - 34	3
15	35 - 45	1
4	46 - 56	2

Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

A partir deste ponto, há de levar-se em consideração que o grupo do sexo feminino, através dos processos de socialização, está sujeito a determinantes que dependem de suas condições culturais e sociais de classe, cor/raça, faixa etária, geolocalização, dentre outros fatores que influenciam e definem sua jornada no mercado de trabalho (GUIMARÃES; DE BRITTO, 2008).

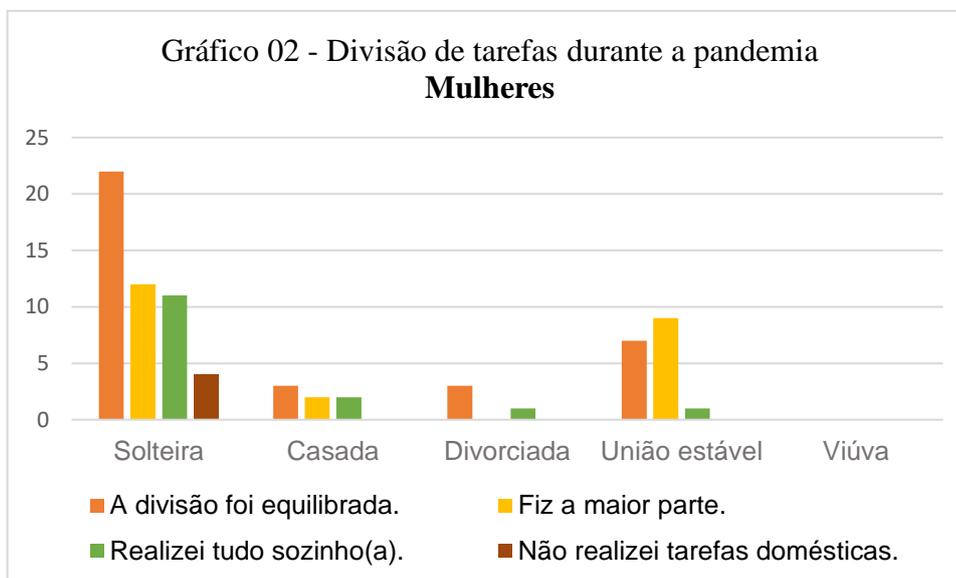
O estado civil das respondentes é um possível determinante de sua trajetória laboral, mulheres que possuem cônjuge e dividem a mesma residência, em um cenário ideal, teriam que distribuir tarefas relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidados, para que, assim, com a partilha igualitária das demandas do ambiente doméstico, haja certa harmonia e o tempo de dedicação para além do trabalho não-remunerado possa ser equilibrado para ambos os envolvidos.

É possível observar que a divisão de tarefas de forma equilibrada não é a realidade concreta das respondentes do *survey* (Gráfico 02); mais da metade das participantes que declarou possuir uma união estável (9 de 17 respondentes) não teve uma divisão equilibrada do trabalho de cuidado, sendo que 5 delas possuem dependentes de cuidado. Observa-se que as mulheres com a faixa etária dos 19 aos 34 anos possuem mais adeptas à união estável (Gráfico 03), sendo esta a faixa de idade mais propensa a estar ativa no mercado de trabalho. Deste modo, é preciso atentar-se ao fato de que a divisão desigual de tarefas dentro do ambiente doméstico

acarreta inúmeras consequências nas trajetórias laborais da mulher brasileira, principalmente quando se põe em evidência sua faixa etária, classe e raça/cor.

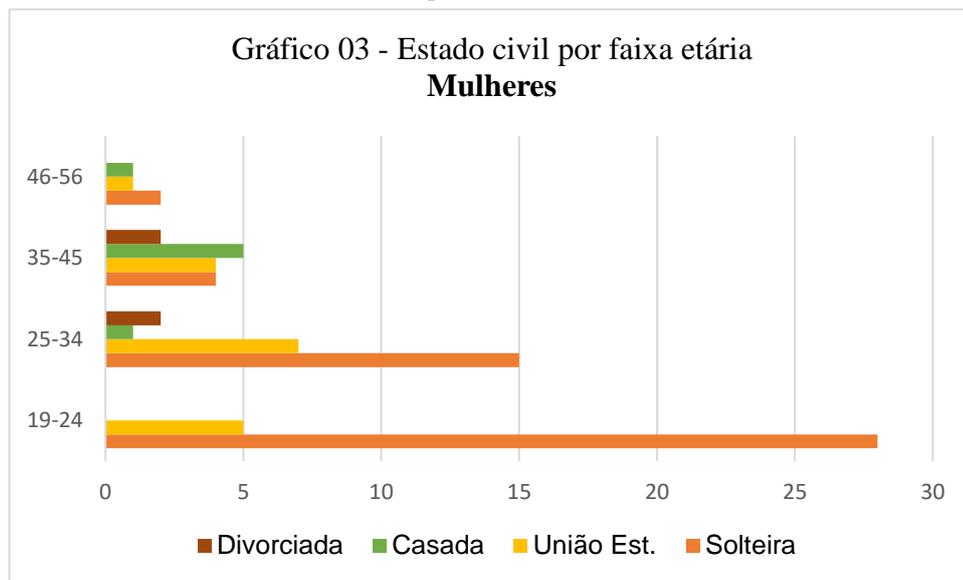
O viés do gênero, por si só, já carrega consigo a divisão sexual do trabalho, onde o trabalho do homem é historicamente vinculado à esfera produtiva enquanto a mulher está atrelada ao trabalho reprodutivo, entendido como um ato ‘natural’, cabível apenas ao sexo feminino. Os fundamentos apresentados por Kergoat (2009) destacam que há uma enorme massa de trabalho sendo realizada apenas pelas mulheres, funções sem valor agregado que não são reconhecidas como *labor*, mas sim como uma ‘conciliação de tarefas’, sem considerar que o trabalho reprodutivo/trabalho de cuidados também toma o tempo em que poderiam não só dedicar-se ao trabalho remunerado - o que acaba as prejudicando em sua emancipação – mas também dar continuidade à sua qualificação, desfrutar momentos de lazer, praticar atividades físicas, descansar, enfim, o encargo completo ou partilha desequilibrada do trabalho de cuidados limita as possibilidades das mulheres de contar com uma rotina que as proporcione qualidade de vida.

Gráfico 2 - Divisão de tarefas durante a pandemia (números absolutos)



Fonte: Survey aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Gráfico 3 - Estado civil por faixa etária (números absolutos)

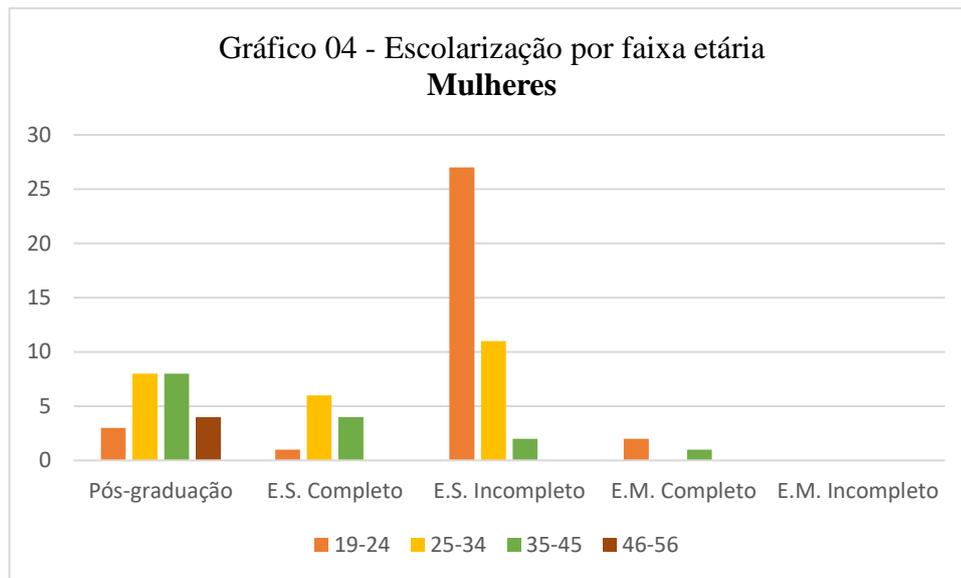


Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

O segundo determinante que pode influenciar as trajetórias das mulheres no mercado de trabalho é o nível de escolarização. Segundo estudo realizado por Guimarães (2002), quanto maior a escolarização dos trabalhadores, maiores seriam suas chances de reconversão profissional, ou seja, suas habilidades e qualidades profissionais os destacariam enquanto perfil para seleção. Sabe-se que Florianópolis possui um número elevado de pessoas alfabetizadas e com acesso à escolarização, porém, a proporção de pessoas com o nível de escolaridade alto nesta pesquisa (Gráfico 04) é consideravelmente maior do que os dados do último Censo, realizado em 2010 pelo IBGE¹⁴.

¹⁴ Pessoas de 15 anos ou mais segundo o nível de instrução: 37% possuem o ensino médio completo e ensino superior incompleto; 26% possuem o ensino superior completo; 21% sem instrução ou com fundamental incompleto; 16% possuem o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto (IBGE, 2010).

Gráfico 4 - Escolarização por faixa etária (números absolutos)



Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

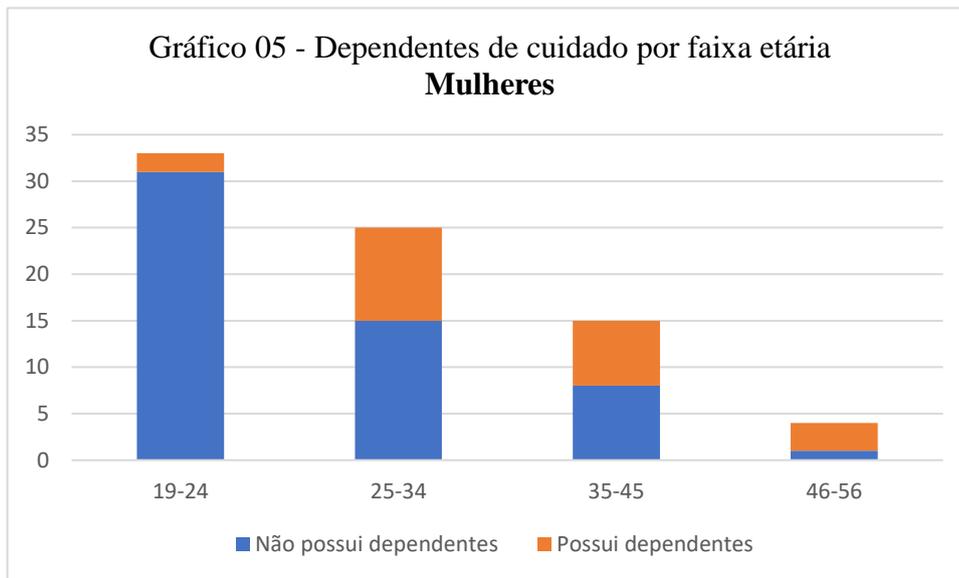
Observa-se que, a partir da faixa etária dos 19 aos 24 anos - período mais frequentemente marcado pelo início da trajetória laboral dos brasileiros, segundo a OIT¹⁵ – as participantes possuem majoritariamente ensino superior incompleto (Gráfico 04). Fazendo referência à alguns pontos discutidos por Abramo (2017), a condição juvenil pode ser atravessada pela vida familiar, escolar e/ou profissional, o que acaba possibilitando entrecruzamentos que tornam seu percurso no mercado de trabalho incerto ou instável. Evidentemente, apesar da média de anos de estudo das mulheres ser maior em comparação com a dos homens desde de 1980, sua participação na força de trabalho brasileira não alterou significativamente desde os anos 2000, permanecendo na faixa dos 40% (Morandi e Melo, 2021 apud, Morandi e Melo, 2019). Portanto, para além da qualificação, a multidimensionalidade a qual Abramo (2017) cita é igualmente marcada pelos determinantes sociais que, contemporaneamente, foram intensificados pelo surgimento da pandemia de Covid-19, iniciada em 2020.

Desde a eclosão da crise sanitária, o isolamento social se tornou fundamental para conter a proliferação do vírus, e como consequência, a vida da mulher brasileira é lançada em meio à potencialização de inúmeras dificuldades e desigualdades relacionadas ao mercado de trabalho e à divisão de tarefas de cuidado dentro da família (MELO; MORANDI, 2021).

¹⁵ “[...] faixas etárias que configuram momentos distintos da vida juvenil (definidas pelo IPEA e a OIT): adolescência (dos 15 aos 17 anos, período de escolarização obrigatória e de inserção laboral apenas sob certas condições); o período de inflexão representado pelo término da educação básica e, com maior frequência, de início da trajetória laboral (18 a 24 anos), e o trecho final (25 e 29 anos, com uma predominância de situações de responsabilidades familiares mais exigentes)”. (ABRAMO, 2017, p. 152)

A partir do gráfico 05, é possível observar que as respondentes de 19 a 24 anos, em sua maioria, não possuem filhos ou pessoas que necessitem de cuidados, porém logo em seguida, dos 25 aos 34 anos, há um aumento no número de mulheres que possuem dependentes.

Gráfico 5 - Dependentes de cuidado por faixa etária (números absolutos)



Fonte: Survey aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Ao comparar o gráfico 04 e o gráfico 05, a pesquisa demonstra que das 11 mulheres de 25 a 34 anos, com ensino superior incompleto, *10 delas possuem dependentes de cuidado*. Quando o trabalho de cuidado é acrescentado, multiplicam-se as dificuldades de conciliação entre emprego, vida familiar e a continuidade dos estudos (ABRAMO, 2017). Com o isolamento social - método de controle e prevenção utilizado durante a pandemia de Covid-19 - há um aumento significativo de tarefas relacionadas aos cuidados, primordiais para a reprodução da vida e do bem-estar dentro do lar, seja por conta do fechamento de escolas e creches, ou pelo aumento das demandas dentro de casa, há um estreitamento nas oportunidades de emprego asseguradas, sendo o trabalho informal ou autônomo, muitas vezes, o único meio de sustento pelo qual é possível ajustar seu horário de trabalho.

A distribuição desigual do trabalho não remunerado dentro das famílias sobrecarrega o tempo gasto pelas mulheres no trabalho (remunerado e não remunerado), gerando o fenômeno da escassez de tempo vivido pelas mulheres, que têm menos tempo para se dedicar ao trabalho remunerado, às atividades de aprendizagem, menos horas de lazer e de cuidado de si mesmas, menos tempo para qualificação. (MELO; MORANDI, 2021, P.111)

Com relação ao perfil socioeconômico das respondentes foi possível observar que é composto majoritariamente por mulheres brancas, entre 19 a 24 anos, solteiras, com ensino superior incompleto e que não possui dependentes de cuidado. Aquelas que possuem algum dependente, possuem entre 24 e 34 anos, e alternam entre dedicar-se ao trabalho de cuidado e aos estudos conjuntamente com o trabalho remunerado, com vínculo frequentemente do tipo informal por conta da flexibilidade de contrato. Em seguida, será analisado de que maneira estas mulheres de diferentes características vivenciaram o mercado de trabalho na pandemia, de acordo com os determinantes anteriormente citados, influenciados pela divisão etária-racial-sexual do trabalho.

5.2 FLUXOS ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO, INFORMALIDADE E TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

Como mulheres de diferentes características vivenciaram a pandemia? Como a pandemia afetou as situações de trabalho dentro e fora de casa? Nesta seção tratarei das consequências provocadas pelo isolamento social na trajetória das mulheres dentro e fora do mercado de trabalho de Florianópolis entre 2020 e 2021. A medida de controle e prevenção do vírus da Covid-19 – uma política de contenção viral que fora utilizada de forma desordenada e avidamente desestimulada pelo governo federal - trouxe restrições que provocaram a desestabilização da economia, gerando um aumento de 33,1% no número de desempregados no país, fazendo comparação entre o mês de maio de 2020 e o mês de setembro do mesmo ano, cerca de 3,4 milhões de pessoas a mais ficaram sem trabalho no país (SILVEIRA, 2020). Onde as mulheres se encontravam nesse cenário?

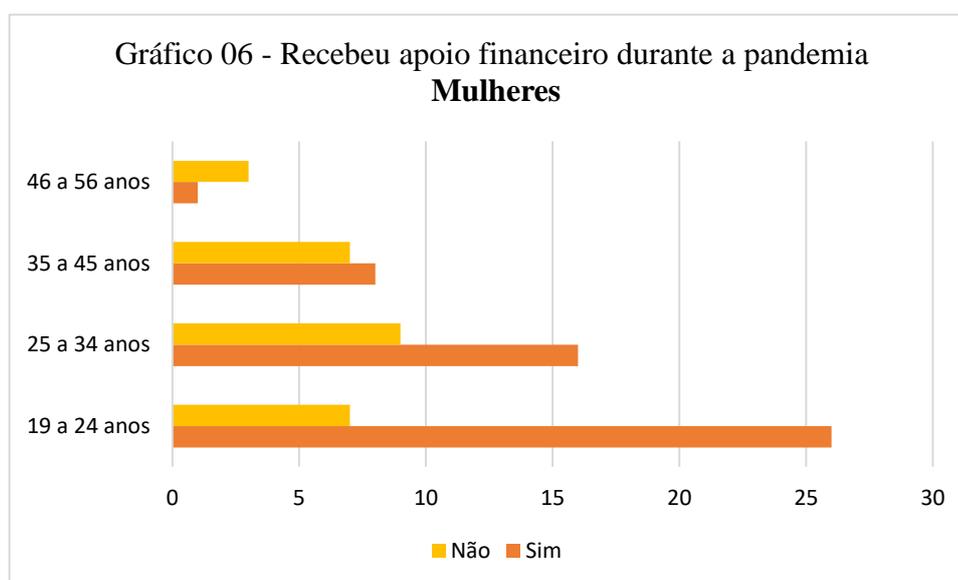
Sabendo que a pandemia teve início em 2020 e trouxe consigo um aumento nos fluxos entre emprego e desemprego, alta nos vínculos de trabalho informais e por conta própria, há uma ampliação da vulnerabilidade social, em que, na tentativa de conter as oscilações da economia, cria-se um subsídio oferecido pelo governo federal, o chamado auxílio emergencial. Destinado à população de baixa renda, microempreendedores individuais (MEI), contribuintes individuais do INSS, autônomos e trabalhadores informais (BRASIL, 2021), o auxílio emergencial contava com a liberação de R\$ 600,00 para pessoas que ficaram sem rendimentos em razão do isolamento social, além de que, mulheres que são as únicas provedoras da família tinham direito a duas cotas do auxílio, ou seja, R\$ 1,2 mil.

[...] sem esse auxílio emergencial de R\$ 600,00, a taxa de pobreza teria alcançado 30% da população brasileira, afetando, pelos dados anteriores, especialmente mulheres, negros e trabalhadores do cuidado. Isso tem aberto o debate sobre as políticas e ações que devem proteger os cidadãos não apenas durante, mas na saída da pandemia, apontando para metas de inclusão no longo prazo (GUIMARÃES; HIRATA, 2020, p. 269).

Em Florianópolis, como apresentado anteriormente, houve o Auxílio Municipal Emergencial (AME), concedido pela prefeitura para pessoas que foram afetadas pela pandemia e não recebem nenhum tipo de apoio do Governo Federal, como Bolsa Família ou Auxílio Emergencial Federal. Atribuído em 28 de maio de 2021, recebeu-se o valor de R\$ 1.500, dividido em cinco parcelas de R\$ 300, e foi limitado a apenas um membro da mesma família, sendo que, a mulher provedora de família monoparental tinha o direito de receber cinco parcelas de R\$ 375, portanto, R\$ 1.875 no total (FLORIANÓPOLIS, 2022).

Desta forma, o *survey* realizado em dezembro de 2021, 4 meses após a finalização de pagamentos do subsídio federal, demonstra que 26 de 33 das mulheres com a faixa etária entre 19 a 24 anos afirmaram ter recebido apoio financeiro durante a pandemia, assim como, 16 de 25 das mulheres que possuem entre 25 e 34 anos (gráfico 05). Das mulheres que possuem dependentes de cuidados (22 de 77), 15 destas receberam algum tipo de apoio financeiro durante a crise sanitária, sendo que 6 declararam receber apoio proveniente do auxílio emergencial federal, e o restante foi fornecido pelo apoio de familiares e/ou comunidade (vizinhos, centros comunitários, movimentos sociais, etc.).

Gráfico 6 - Recebeu apoio financeiro durante a pandemia (números absolutos)

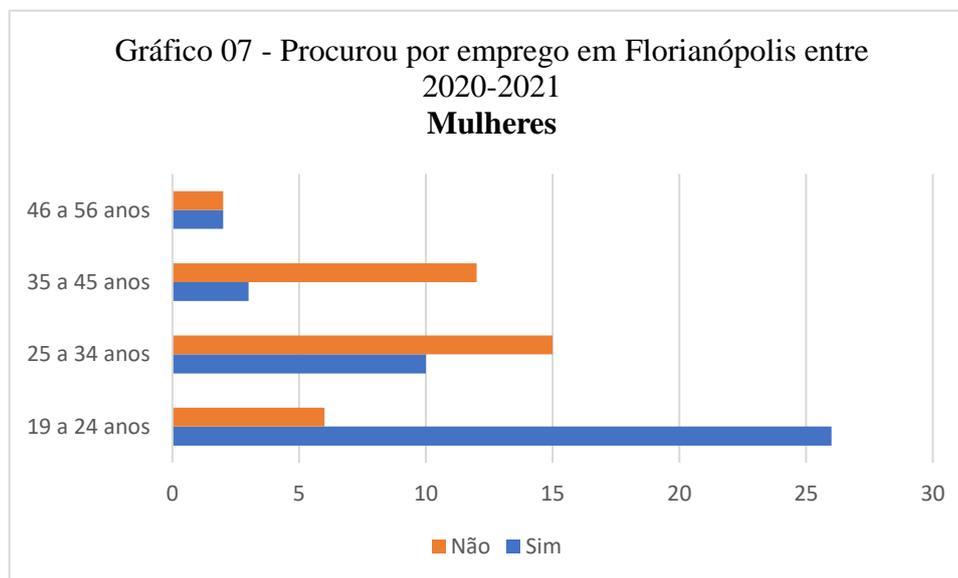


Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Em relação aos fluxos entre emprego e desemprego, Guimarães (2000) aponta a necessidade de questionar quem são os trabalhadores que possuem as menores chances de inclusão em trajetórias /ocupações estáveis. Diferentemente da análise feita pela pesquisadora nos anos 2000, os fluxos do mercado de trabalho em 2020 e 2021 não dependeram apenas do perfil dos trabalhadores e de seu nível de escolarização, não obstante, diante da crise socioeconômica – que vem acontecendo desde 2014 – e a crise sanitária, potencializaram-se desigualdades relativas ao mercado de trabalho e à divisão do trabalho de cuidados dentro da família. Segundo dados do CAGED (2020), entre março e maio de 2020 destacaram-se três cidades da microrregião de Florianópolis (Florianópolis, São José e Palhoça) que, juntas, perderam 17.208 postos formais de trabalho.

Das 77 mulheres que participaram da pesquisa, 46 delas procuraram emprego em Florianópolis durante a pandemia de Covid-19. O perfil mais frequente das respondentes que estava à procura de trabalho possui entre 19 e 24 anos. Esta faixa etária é designada por Abramo (2017) como um período de inflexão, representado pelo término da educação básica, e quando frequentemente a pessoa se encontra no início de sua trajetória laboral.

Gráfico 7 - Procurou por emprego em Florianópolis entre 2020-2021 (números absolutos)

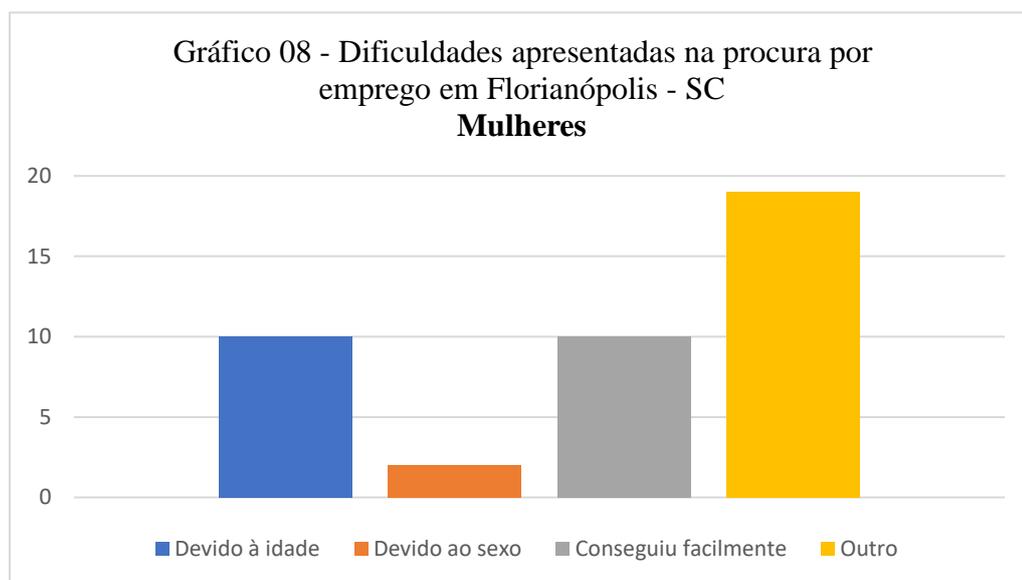


Fonte: Survey aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

As mulheres que estiveram à procura de emprego identificaram algumas dificuldades para conseguirem efetivação: 10 (10%) delas acreditam que não conseguiram emprego com facilidade devido à idade; 2 (5%) devido ao seu sexo, e 10 (10%) conseguiram emprego facilmente (Gráfico 07).

Algumas perguntas do *survey* continham a opção de resposta ‘aberta’, ou seja, se as respondentes não se identificassem com as opções apresentadas, havia a possibilidade de escrever em um campo específico – neste caso, a opção ‘Outro’ - sobre quais dificuldades elas acreditavam enfrentar na busca por emprego em Florianópolis. Alguns elementos foram especificados com frequência: (a) falta de experiência; (b) redução de quadro de funcionários; (c) ser mãe solo¹⁶ e/ou estudante; (d) exigência de ensino superior completo.

Gráfico 8 - Dificuldades apresentadas na procura por emprego em Florianópolis - SC (números absolutos)



Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Dois relatos da opção ‘Outro’ chamaram a atenção: as respondentes - ambas na faixa dos 25 aos 34 anos - informaram que por serem estudantes e mãe solo, possuem horários limitados, além disto, devido ao fechamento de escolas/creches durante a pandemia, contaram com a ajuda de amigos/família para cuidarem de seus respectivos filhos, para assim, conseguirem dar continuidade aos estudos.

Conforme apresentado, mulheres que possuem dependentes de cuidado tendem a adquirir empregos informais ou com vínculos precários, por conta das restrições de tempo causadas pelas demandas do trabalho não-remunerado. Das 10 mulheres que possuem dependentes de cuidado e que relataram estar à procura de trabalho entre 2020 e 2021, 5 esteve sujeita à vínculos informais, trabalho por conta própria ou desemprego.

¹⁶ Mães que criam seus filhos sem cônjuge; É mais uma expressão do que uma categoria em si e vem sendo adotado no lugar de "mãe solteira".

Para além da pandemia, a reforma trabalhista, instaurada em 2017 pelo então presidente Michel Temer, na tentativa de retomar as atividades econômicas - após o golpe no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff - trouxe uma redução da proteção institucional dos trabalhadores com mudanças nas leis de trabalho, que de acordo com Leone, Teixeira e Baltar (2021) apresentaram investimentos não concretizados e taxas de desemprego e informalidade em alta:

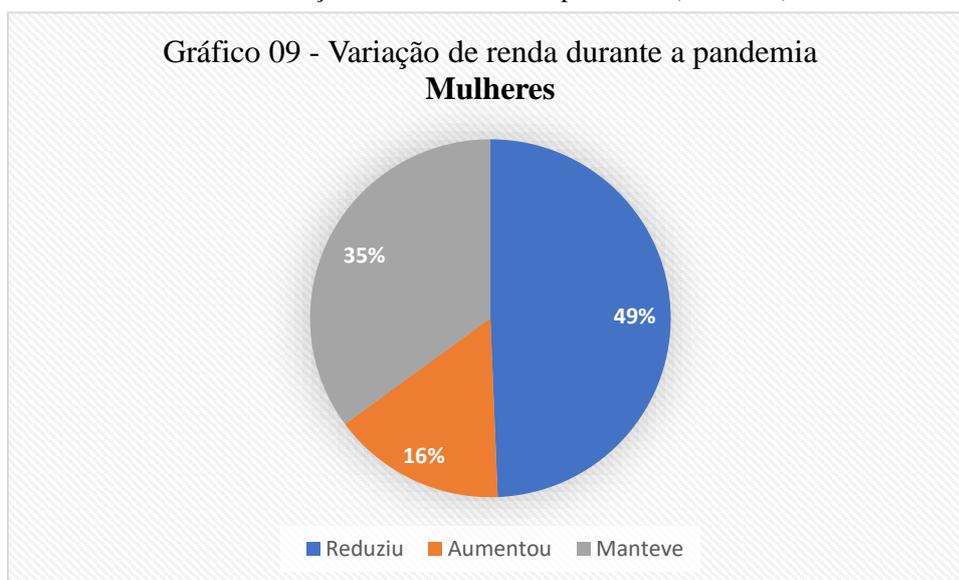
A reforma trabalhista, além de não representar um estímulo a geração de empregos, contribuiu para ampliar a precarização do trabalho pela substituição de vínculos formais por trabalho por conta própria e emprego sem registro, uma vez que ao flexibilizar as normas, em vez de facilitar a criação de empregos formalizados, incentivou a fraude trabalhista. (LEONE et al., 2021, P. 112).

A flexibilização¹⁷ do trabalho remunerado trouxe consigo a piora de condições prévias à pandemia (LEITE et al., 2021), na qual o grupo das mulheres fora o mais prejudicado, tanto pelos determinantes de idade, sexo, raça, etc. - um dos configuradores do mercado de trabalho - quanto pela dificuldade de emancipação causada pela sobrecarga de trabalho reprodutivo e de cuidado, inculcado historicamente ao papel social do sexo feminino (KERGOAT, 2009).

Sobre os meios de sustento financeiro durante a pandemia, 38 das participantes relataram redução de renda, sendo que 22 destas ficaram desempregadas em algum momento e estiveram à procura de emprego em Florianópolis entre 2020 e 2021; 12 mulheres dizem ter aumentado sua renda durante a pandemia, sendo que 6 delas alega ter trocado de emprego ou ter sido efetivado em um novo trabalho remunerado, dos mais diversos tipos de vínculo, predominando o trabalho por conta própria/autônomo; 27 não observaram variações em sua renda durante a crise sanitária (Gráfico 08).

¹⁷ Termo aqui utilizado para designar o trabalho desamparado de direitos trabalhistas.

Gráfico 9 - Variação de renda durante a pandemia (Mulheres)

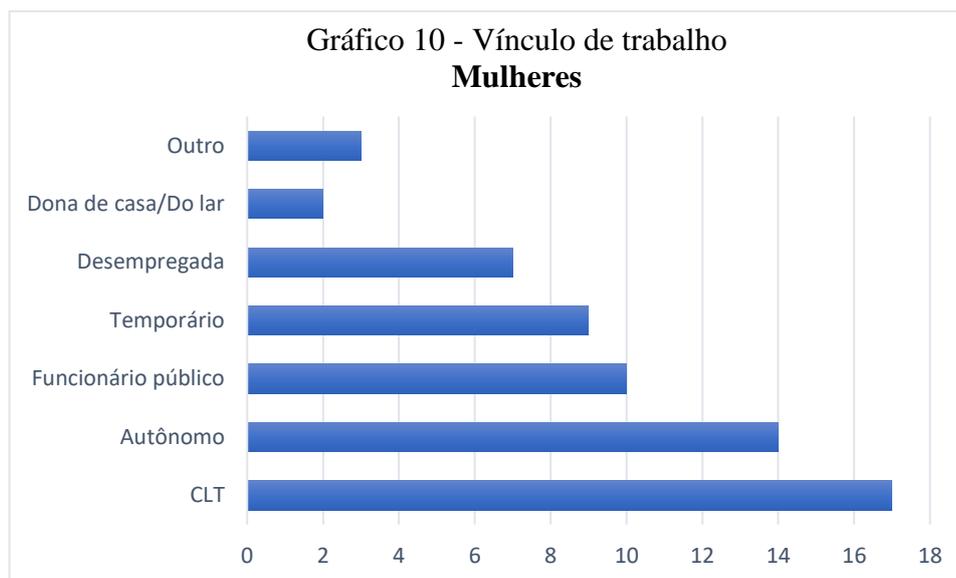


Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Percebe-se que a maioria das mulheres pesquisadas sofreu com algum tipo de instabilidade financeira, seja pelo desemprego ou pela transição de uma ocupação à outra. A pandemia, conjuntamente com as consequências da reforma trabalhista, causara impactos duplamente limitadores no mercado de trabalho. Quando se trata dos fluxos entre empregos, a possibilidade das mulheres de atuar na informalidade são grandes, ainda mais quando colocamos em foco mulheres que possuem dependentes de cuidado e/ou são as únicas provedoras. As descontinuidades na carreira profissional podem sinalizar também a impossibilidade de continuar se qualificando, já que seu tempo de dedicação é limitado pelo trabalho de cuidado. Até mesmo o trabalho por conta própria/autônomo pode ser uma saída viável para aquelas que possuem uma rotina sobrecarregada pelo trabalho não-remunerado. Na pandemia, esse tipo de vínculo trabalhista aumentou significativamente, principalmente entre pessoas com ensino superior completo e incompleto, com um acréscimo de 3 milhões (G1, 2021) de novos autônomos no país, sendo que 70% desse número é composto por mulheres (MAGGIONI, 2021).

Para aquelas que revelaram estar empregadas no momento em que o *survey* foi realizado, o vínculo trabalhista mais frequente entre as 77 respondentes foi o celetista com 27% (17), em seguida, o trabalho autônomo/por conta própria contempla 23% (14) das respondentes, 16% (10) são funcionárias públicas, 15% (9) tem contrato temporário, 11% (7) atualmente está desempregada, 3% (2) disseram apenas cuidar da casa/filhos(as), 5% (3) não trabalha na ilha ou não procurou por emprego em Florianópolis durante a pandemia (Gráfico 09).

Gráfico 10 - Vínculo de trabalho (números absolutos)



Fonte: Survey aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

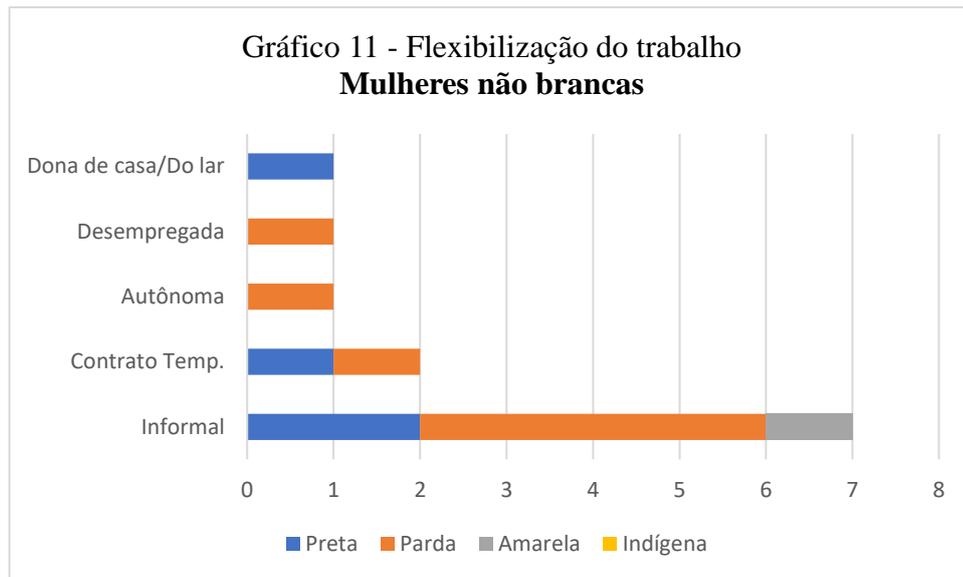
Observa-se que nas situações de emprego e trabalho das mulheres que relataram estar desempregadas entre 2020 e 2021, 3 delas ficaram desempregadas durante a pandemia; 1 trabalhava antes da pandemia, mas tivera de renunciar ao seu cargo para conseguir viabilizar o trabalho de cuidado; 2 não estavam à procura de um emprego e 1 trabalhava como *freelancer*. Como mencionado anteriormente, a flexibilização do trabalho agravou condições prévias à pandemia, tanto pela redução de funcionários quanto pela redução da carga horária, ocasionando, conseqüentemente, na redução de renda.

Dois anos após o início da pandemia, de acordo com a Rede PENSSAN (2022) mais da metade (58,7%) da população brasileira vive insegurança alimentar de algum grau – leve, moderado ou grave (fome). De 6 em cada 10 (63%) domicílios com responsáveis do sexo feminino, há algum nível de insegurança alimentar. Destes, 18,8% em situação de fome. Quem são estas mulheres?

“A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda”. (REDE PENSSAN, P. 18, 2022)

De 18 respondentes não brancas da pesquisa, 12 delas relataram estar desempregadas ou sujeitas à algum tipo de vínculo sem carteira assinada (Gráfico 10); 5 tiveram sua renda reduzida durante a pandemia.

Gráfico 11 - Flexibilização do trabalho (números absolutos)



Fonte: *Survey* aplicado dez.2021; elaborado pela autora.

Percebe-se que grande parte das respondentes vinculadas ao trabalho flexibilizado é preta ou parda, o que faz jus à fala de Guimarães e De Britto (2008), onde a trajetória da mulher negra no Brasil, através dos processos de dominação e subjugação da era escravocrata, é excluída da participação nos processos de desenvolvimento, ocasionando o exílio à condição de massa marginal, dessa forma, acaba ocupando trajetórias despadronizadas de emprego e em percursos mais vulneráveis (GONZALEZ, 1979). A exemplo disso, em 2020 as mulheres representavam mais de 92% das pessoas ocupadas em trabalho doméstico (formal ou informal), das quais mais de 65% eram mulheres negras. É importante ressaltar que esse tipo de atividade foi afetada de maneira avassaladora entre 2020 e 2021, principalmente pela exposição ao contágio do novo Coronavírus, e pela dispensa de serviço por conta do relativo empobrecimento das camadas médias da sociedade. A precariedade nas posições de trabalho ocupados pelas mulheres negras é proveniente de um processo socialmente elaborado,

[...] o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. [...] o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos. (GONZALEZ, 1979, P. 56)

Fazendo referência aos questionamentos lançados no início desta sessão a respeito das consequências provocadas pelo isolamento social na trajetória das mulheres dentro e fora do mercado de trabalho de Florianópolis entre 2020 e 2021, sabe-se que os efeitos causados pela

pandemia entrecruzaram a trajetória das mulheres no mercado de trabalho, caminhos estes previamente marcados por determinantes de raça/cor, idade e sexo. As respondentes da pesquisa realizada entre outubro e dezembro de 2021, demonstraram que grande parte das mulheres com até 34 anos receberam algum tipo de apoio financeiro durante a pandemia, especialmente aquelas que possuem dependentes de cuidado. Com o aumento do tempo de dedicação ao trabalho de cuidados devido ao *lockdown*, estas mulheres depararam-se com o impasse de conciliar trabalho remunerado, estudos e trabalho reprodutivo, onde muitas foram obrigadas a recorrer à vínculos informais, trabalho por conta própria ou acabaram desempregadas.

Os determinantes de sexo e cor/raça foram os mais evidentes em questão de influência nos fluxos entre emprego e desemprego das mulheres de Florianópolis, porém, quando damos enfoque na idade das participantes, também é possível compreender que o início da trajetória laboral é atravessado pela importância de dar continuidade à sua qualificação; pela necessidade de políticas públicas de acesso à creches/escolas; possibilidade de ingresso a empregos estáveis e assegurados por direitos trabalhistas. A pandemia enquanto crise, evidenciou ainda mais estes problemas pré-existentes quando deliberou restrições como método de contenção do vírus Covid-19.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aos quais esta pesquisa pôde chegar expressam a reprodução de desigualdades nas relações de trabalho que vêm de uma longa trajetória, ligados a problemas de fundo estrutural em nosso país. Sabe-se que a colonização europeia criou um processo de socialização das mulheres brasileiras - brancas e não-brancas - em que as classificou, inicialmente, como dependentes dos homens e incapazes de emancipar-se.

As desigualdades, em relação ao trabalho, que perpassam as questões de gênero, desde as baixas remunerações até a predominância feminina, sobretudo de trabalhadoras negras, em cargos de menor prestígio, exercendo atividades penosas, sob vínculos instáveis e desprotegidas por direitos, além de sobrerrepresentadas no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, por exemplo, são heranças pré-configuradas pelas relações sociais de sexo. Segundo Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho deixa claro que essas relações definem quem, supostamente 'deve' exercer o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, sendo a mulher a mais 'apta' para desempenhar toda e qualquer atividade que envolva o cuidado (da casa, dos filhos, dos enfermos, etc.).

Desta forma, foi possível compreender que a maior parte das mulheres de Florianópolis contempladas nesta pesquisa esteve envolvida no trabalho de cuidados, por mais que estes fossem realizados de forma equilibrada entre os integrantes da casa. Com a pandemia, devido ao isolamento social, houve o fechamento de escolas e creches, potencializando o aumento de demandas reprodutivas e de cuidados. O aumento de horas gastas com o trabalho não-remunerado foi observado presente nas respostas de grande parte das participantes, principalmente para aquelas que possuem dependentes de cuidado.

Como consequência da inevitabilidade de dedicarem mais tempo às atividades domésticas durante a pandemia, houve uma redução de renda de forma homogeneizada entre as mulheres não-brancas, assim como, em sua maioria, foram alvo do desemprego e de vínculos informais de trabalho. Apesar do número reduzido de respondentes não-brancas, chama a atenção o fato de que, para todas elas houve fluxos entre emprego e desemprego, pendendo para vínculos de trabalho informal ou por conta própria. Em 2020, do total de 825,3 mil empregos perdidos entre 2019 e 2020, quase 600 mil eram ocupados por mulheres (CEMPRE, 2020). Entre as respondentes do *survey*, o cenário não foi diferente, mais da metade (58%) das mulheres desta pesquisa transitaram entre emprego e desemprego durante a pandemia.

Observa-se, portanto, que o objeto de estudo dialoga e traz luz a problemas que envolvem demandas de políticas públicas no campo do trabalho. É nítido que a empregabilidade das mulheres é instável e insegura, além de este grupo possuir uma renda insuficiente, principalmente quando possuem dependentes de cuidados. A falta de políticas públicas que ofereçam suporte para estas mulheres, em relação às creches e/ou escolas, revela um cenário de regresso para o conjunto do grupo social mulheres, especialmente para aquelas em situação mais vulnerável, que corresponde às mulheres negras.

A maioria das mulheres jovens desta pesquisa indicou estar envolvida com uma qualificação de ensino superior, porém, isto estava atravessado tanto pela busca por emprego quanto pela maternidade, assim como foram as que mais tiveram necessidade de apoio financeiro durante a pandemia. São fatores que demonstram, para além das políticas públicas, a carência de projetos universitários que incluam mães estudantes, principalmente quando se trata de cursos de período integral ou que exijam horas extraclasse. A juventude, por estar em transição do período escolar para o início da trajetória laboral, têm de receber o apoio necessário para qualificar-se, ampliando suas possibilidades de admissão.

Esta pesquisa priorizou a análise da situação laboral de mulheres mais jovens justamente pelo resultado da coleta de dados pender-se para este grupo etário, porém, permanece a indagação em relação às trabalhadoras de mais idade. Quando se trata de trabalhadoras e trabalhadores que já estão em trajetórias laborais há determinado tempo, encontraram-se certas dificuldades em obter referenciais teóricos que envolvessem, para além do tema da aposentadoria e da saúde do trabalhador, estudos que abrangem os fluxos entre emprego e desemprego de pessoas mais velhas, ou seja, análises sobre quais são suas dificuldades dentro do mercado de trabalho assim como, qual é a compreensão de suas trajetórias, por exemplo, se são instáveis ou não.

7 APÊNDICE

Pesquisa: Situação de emprego e de trabalho das mulheres em Florianópolis (SC): divisão etária e a pandemia de Covid-19

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Situação de emprego e de trabalho das mulheres em Florianópolis (SC): divisão etária e a pandemia de Covid-19", que vem sendo conduzida por Gabriela Alano Tertuliano, como parte de seu trabalho de conclusão de curso (TCC) da graduação em Ciências Sociais da UFSC. A pesquisa tem como objetivo analisar se há mudanças no acesso ao emprego e nas trajetórias de trabalho de pessoas que trabalham na ilha de Florianópolis durante a pandemia do Covid-19. Os dados que informar serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa. Em caso de dúvidas sobre o estudo, entre em contato por meio do e-mail tertu.gabi@gmail.com ou pelo WhatsApp (48) 99919-8004. As respostas serão recebidas até o dia 30 de dezembro de 2021. O tempo para o preenchimento é de aproximadamente 5 minutos. Vamos lá?

1. Qual é o seu sexo?

- Masculino
- Feminino

2. Qual é a sua idade?

Resposta Aberta

3. Como você se autodeclara? (Cor/raça)

- Branco(a)
- Preto(a)
- Pardo(a)
- Amarelo(a)
- Indígena

4. Qual é o seu estado civil?

- Sou solteiro(a)
- Sou casado(a)
- Sou divorciado(a)
- Sou viúvo(a)
- Tenho união estável

5. Qual é o seu grau de escolaridade?

- Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
- Ensino Médio (2º grau) Completo
- Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Pós-graduação

6. **Qual é a sua profissão?**
Resposta aberta
7. **Quantas pessoas moram com você?**
Resposta aberta
8. **Onde você mora? (Exemplo: Florianópolis, SC).**
Resposta aberta
9. **Você possui dependentes que necessitam dos seus cuidados? (Crianças, idosos, pessoa com deficiência, adoecidos, etc.)**
 Sim, tenho filhos dependentes de meus cuidados.
 Sim, há outras pessoas dependentes de meus cuidados na família.
 Não possuo pessoas que dependem dos meus cuidados.
10. **Se sim, quantas pessoas dependem de seus cuidados?**
 Uma
 Duas
 Três
 Quatro ou mais
 Não possuo pessoas que dependem dos meus cuidados.
11. **Você teve algum tipo de apoio para se manter financeiramente durante a pandemia?**
 Sim
 Não
12. **Se sim, que tipo de apoio você recebeu? (Auxílio emergencial federal ou municipal, apoio de entidades, apoio de familiares ou vizinhos, etc.)**
Resposta aberta
13. **Você procurou por emprego em Florianópolis desde março de 2020?**
 Sim
 Não
14. **Se você procurou emprego em Florianópolis, encontrou alguma destas dificuldades?**
 Devido a sua idade
 Devido ao seu sexo
 Devido à sua cor
 Nenhuma, consegui emprego facilmente
 Não procurei emprego em Florianópolis desde março de 2020.
 Outro (especifique) aberta
15. **Durante a pandemia, a renda do seu grupo familiar teve alguma alteração?**
 Sim, nossa renda aumentou
 Sim, nossa renda diminuiu
 Não, nossa renda se manteve a mesma
16. **Desde 2020, você teve algum trabalho presencial ou remoto (via internet) em Florianópolis?**
 Trabalhei presencialmente
 Trabalhei remotamente
 Trabalhei tanto presencialmente quanto via internet
 Não estive empregado(a) desde 2020
 Não tive trabalho em Florianópolis desde 2020
17. **Se você trabalha em Florianópolis atualmente, qual o vínculo empregatício?**
 Trabalho informal (sem carteira assinada)
 Trabalho autônomo ou por conta própria
 Trabalho com carteira assinada (CLT)

- Trabalho com contrato temporário
- Funcionário(a) público(a) / Estatutário(a)
- Não se aplica, estou desempregado(a).
- Não trabalho em Florianópolis.
- Não se aplica, sou dona de casa/do lar.

18. Em relação ao emprego/desemprego, qual destas situações abaixo mais se aproxima da sua realidade durante a pandemia?

- Não fiquei desempregado(a), mas troquei de emprego durante a pandemia.
- Fiquei desempregado(a) por um tempo, mas consegui um emprego durante a pandemia.
- Tenho o mesmo emprego desde antes da pandemia.
- Fiquei desempregado(a) durante a pandemia e continuo procurando emprego.
- Era dona de casa antes da pandemia e continuei sendo.
- Trabalhava fora antes da pandemia mas tive que parar para me dedicar ao cuidado da casa/filhos.
- Não tenho emprego e não estou à procura de um trabalho.
- Outro (especifique) aberta

19. Em relação à rotina da sua casa, você teve com quem dividir as tarefas domésticas (cuidado da casa, dos filhos, etc) durante a pandemia?

- Sim, mas fiz a maior parte.
- Sim, a divisão foi equilibrada.
- Não, realizei tudo sozinho(a).
- Não realizei tarefas domésticas.

20. Como é um dia comum da sua rotina desde a pandemia? (Exemplo: quantas horas você dorme por dia, quanto tempo leva para chegar no trabalho, que atividades realiza fora de casa e em casa)

Resposta aberta

8 BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H.; ABRAMO, L.; CORROCHANO, M. **O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites.** Biblioteca Virtual de CLACSO: Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 21, n. 36, 2017, pp. 135 - 169.

BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 1045**, de 2021 (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda). Disponível em <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/148214>>. Acesso em: 23 junho de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Saiba mais sobre o auxílio emergencial 2021.** Governo Federal, Brasília. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**, 2022. Painel Coronavírus. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, R. M. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa, nº 110, julho/2000, pp. 67-104.

CARNAHAN, 2020. Facebook is advancing its shopping push on WhatsApp with Carts. **Business Insider**, 9 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/facebook-advances-shopping-push-on-whatsapp-with-carts-2020-12>> Acesso em: 19 de jan. de 2022.

CEMPRE. **Cempre 2020: Número de assalariados cai, enquanto aumenta o número de empresas sem empregados.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34132-cempre-2020-numero-de-assalariados-cai-enquanto-aumenta-o-numero-de-empresas-sem-empregados>>. Acesso em: 30 junho 2022.

DE MELO, P. H.; MORANDI, L.. A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. *In: Revista Trabalho Necessário*, Niterói: NEDDATE, v. 19., n. 38, 2021. p. 105 – 125.

DEVREUX, A. “A Teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina”. *In: Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, set./dez. 2005, p. 561-584.

DIEESE. **Trabalho Doméstico no Brasil**. São Paulo, abril. 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>>; Acesso em: set. 2021.

FANON, F. A experiência vivida do negro. *In: Pele negra, Máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. pp.103 – 126.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura de. **Auxílio Municipal Emergencial (AME)**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <<https://covidometrofloripa.com.br/amefloripa>>. Acesso em: 25 junho 2022.

FLORIANÓPOLIS, Câmara Municipal de. **Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis e seus servidores recebem homenagem**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://www.cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/60/2021/384>>. Acesso em: 28 agosto 2022.

G1. Aumenta o número de trabalhadores por conta própria com ensino superior completo ou incompleto. **G1**, Rio de Janeiro, 03 nov.2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/03/aumenta-o-numero-de-trabalhadores-por-conta-propria-com-ensino-superior-completo-ou-incompleto.ghtml>>. Acesso em: 26 mai.2022.

GOLDMAN, S. Velhice e Direitos Sociais. *In: PAZ, Serafim Paz et al. (org). Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: ANG; CBCISS, 2000, pp. 13-42.

GONZALEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. **Spring Symposium the Political Economy of the Black World**. Los Angeles: Center for Afro-American Studies, UCLA, 10-12 de maio, 1979

GUIMARÃES, N.; A., HIRATA, S. H. O cuidado e as Crises. *In: O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020. Cap. 8. pp. 243 - 274.

GUIMARÃES, N.; DE BRITTO, M. Desemprego, padrões de trajetória e segregação em Paris e São Paulo. *In: COSTA, A.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. p. 69 - 87.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *In: Revista Tempo Social*, São Paulo: LAPS-USP, v. 26, n. 1, 2014. p. 61 - 73.

IBGE. Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2019 (data de referência: 31/12/2019), IBGE, Estimativa da população 2019 (data de referência: 1/7/2019). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>>. Acesso em: 25 junho 2022.

IBGE. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>>. Acesso em: 25 junho 2022.

IBGE. **Pessoas que utilizaram a Internet, por grupos de idade (%)**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso em: 29 junho 2022.

IBGE. **População residente por cor ou raça e religião**. Tabela 2094. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094>>. Acesso em: 25 junho 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)**. Dados dos 4 trimestres de 2019 e 2020. Elaboração: DIEESE, 2021. <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.pdf>

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In: Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 67 - 75.

KERGOAT, D.; HIRATA, H. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *In: Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 53, 2020. p. 22 - 34.

LAPA, T.; GRIGOLI, J. **Desigualdades de gênero e raça nas ocupações e grupos de atividade no trabalho por conta própria no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia. 20p., 2020, Belém, PA.

LEITE, P. M. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. *In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens.* João Pessoa: UFPB, 2011.

LEONE, E.; TEIXEIRA, M.; BALTAR, P. **Impactos da Reforma Trabalhista sobre o Mercado de Trabalho.** *In: O trabalho pós-reforma trabalhista (2017).*

LORDE, A. Idade, raça, classe e sexo: As mulheres negras redefinem a diferença. *In: Irmã outsider.* Tradução de Stephanie Borges. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. pp. 143 – 156

MAGGIONI, Iara. Mais de 50% das mulheres abrem negócios por necessidade, diz pesquisa. **CNN Brasil**, Curitiba, 19 nov.2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/mulheres-representam-70-dos-trabalhadores-autonomos-mostra-pesquisa/>>. Acesso em: 26 mai.2022.

MAIA, Cauane. Em Floripa não tem negros (?). **Catarinas: jornalismo com perspectiva de gênero.** Florianópolis, 20 nov. 2019. Disponível em: <<https://catarinas.info/em-floripa-nao-tem-negros/>>. Acesso em: 23 junho. 2022.

MARINS; RODRIGUES; DA SILVA, J.; DA SILVA, K.; CARVALHO. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. *In: Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 2., v. 36., 2021.

MATTEI, Lauro. O emprego formal diante da pandemia da COVID-19: Santa Catarina perdeu cerca de 103 mil postos formais de trabalho em três meses. **NECAT**, Florianópolis, 03 julho.2020. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/o-emprego-formal-diante-da-pandemia-da-covid-19-santa-catarina-perdeu-cerca-de-103-mil-postos-formais-de-trabalho-em-tres-meses/>>. Acesso em: 23 mai.2022.

MEDEIROS, F.; DOS ANJOS, P. Doenças, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC. *In: Revista Ponto Urbe*, São Paulo, n. 27., 2020.

MICK, Jacques et. al. **Nas dobras da precariedade:** Desigualdades regionais, de gênero, raça e classe no trabalho “por conta própria” no Brasil - um olhar para a PNAD Contínua. Florianópolis, LASTRO, 2021.

MUNIZ, T.; BARROS, A. O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. *In: Cadernos de Graduação*, Maceió, n. 1, v. 2, 2014, pp. 103 - 116.

NECAT - UFSC. **Santa Catarina possui um dos maiores diferenciais de renda entre homens e mulheres do país.** 11 set. de 2021. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/santa-catarina-possui-um-dos-maiores-diferenciais-de-renda-entre-homens-e-mulheres-do-pais/>>.

Acesso em: 17 set. de 2021.

NOVO CAGED: **Saldo de Empregos Celetistas (CLT) por Atividade Econômica.** Tratamento e análise: SmartLab. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/trabalhodecente/localidade/4205407?dimensao=oportunidade>> Acesso em 17 set. de 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde, 2020. Pessoas com mais de 60 anos foram as mais atingidas pela COVID-19 nas Américas. **OPAS**, Washington D.C, 30 set. 2020. Disponível em: < <https://www.paho.org/pt/noticias/30-9-2020-pessoas-com-mais-60-anos-foram-mais-atingidas-pela-covid-19-nas-americas>>. Acesso em: 29 de mar. de 2022.

OSCAR, Naiana. **Florianópolis, uma cidade que ficou 32 dias sem mortes.** 28 mai. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/08/florianopolis-uma-cidade-queficou-32-dias-sem-mortes.htm>> Acesso em 17 set de 2021.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

ROSSO, Sadi Dal. Idade e horários flexíveis no trabalho *In: _____ O ardid da flexibilidade.* Os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Posição social da mulher na sociedade escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual. *In: A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* 3.ed - São Paulo: Expressão Popular, 2013. pp. 230 - 266.

SANTA CATARINA. **Coronavírus: Boletim Epidemiológico.** 22 junho de 2022. Disponível em: <<http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/boletim-epidemiologico-22-06-2022-.pdf>> Acesso em: 23 junho de 2022.

SANTA CATARINA. **Desenvolvimento Econômico**: PIB de Santa Catarina avança acima da média nacional e chega a 9%. Publicado em: 3 set. de 2021. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/noticias/temas/desenvolvimento-economico/pib-de-santa-catarina-avanca-acima-da-media-nacional-e-chega-a-9>>. Acesso em 17 set. de 2021.

SCHUCMAN, L. V. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. Psicologia & Sociedade. 2014. 26(1), 83-94.

SILVEIRA, Daniel. Desemprego diante da pandemia bate recorde no Brasil em setembro, aponta IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 23 out.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 19 mai.2022.

SURVEYMONKEY AUDIENCE. **SurveyMonkey**: Market Research Solutions, 1999. Página inicial. Disponível em: <pt.surveymonkey.com/mp/audience>. Acesso em: 29 de mar. de 2022.

TEIXEIRA, M. S. **Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira**. Revista Argumentum, Vitória, v. 1., n. 1., 2009, p. 63 - 77.

VAZQUEZ, B.; BIAVASCHI, M.; LAPA, T. Horizontes do enfrentamento das desigualdades de gênero no trabalho no Brasil *In*: LEITE, P. M. (Coord.). **Políticas y líneas de acción**: Los nudos críticos de las desigualdades de género en América Latina y el Caribe. 1ª. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Marzo de 2021.